

Os Mosteiros Cisterciences na Região das Beiras

um percurso entre a Arquitectura e a História

Ana Maria Tavares Martins

desenhos de
Jorge Braga da Costa

Os Mosteiros Cisterciences na Região das Beiras

um percurso entre a Arquitectura e a História

Ana Maria Tavares Martins

desenhos de
Jorge Braga da Costa

Título
OS MOSTEIROS CISTERCIENSES NA REGIÃO DAS BEIRAS:
um percurso entre a Arquitectura e a História

Autor

Ana Maria Tavares Martins

Desenhos

Mestre Jorge Braga da Costa

Prefácio

María Teresa Pérez Cano e Eduardo Mosquera Adell

Fotografias, esquemas e desenho técnico

Ana Maria Tavares Martins

Editor

António José Coelho

Edição

Quartzo Editora

Rua das Pedras Alçadas, nº 52 – 1º D.to

3500-842 Viseu

quartzoeditora@hotmail.com

Impressão e acabamento

Eden Gráfico, S.A. - Viseu

geral@edengrafico.pt

Viseu - Março 2012

ISBN

978-989-97003-5-2

Depósito legal

340859/12



PREFÁCIO

La nueva memoria del Císter: un prefacio

La construcción social que es el Patrimonio Cultural requiere indudablemente de la investigación, que actualiza el conocimiento, incluso de aquello que frecuentaron muy ilustres estudiosos. Así, vuelven a nuestro tiempo con renovada intensidad y mayor precisión, cuestiones e hitos que configuraron nuestra marca cultural. Presentes, aunque a veces dormidos u olvidados, los preciados y diversos testimonios materiales e inmateriales de nuestro pasado, adquieren nuevos significados. Se valoran como legado y ofrecen posibilidades diferentes a los hombres y mujeres de hoy. Gracias al esfuerzo de investigadores como la profesora doctora Ana Maria Tavares Martins, podemos incorporar de una manera más rigurosa y a la vez sensible, cuestiones cruciales del acervo cultural. Es nuestra obligación, como decía un gran maestro de la Historia, Fernand Braudel: “*ver, hacer ver sin quitar a los espectáculos observados su densidad, su complejidad, su heterogeneidad, que son el signo de la propia vida*”. Y para el caso de la originalidad de la cultura portuguesa, Ana Maria Martins ha sabido implicarse con cuestiones estructurantes, de la propia entidad nacional, desde los instantes fundacionales. Pues Portugal se hizo en buena medida al compás de la expansión del monacato cisterciense y de sus órdenes militares y hospitalarias, eficazmente implantadas en un territorio ganado paso a paso.

Para manifestar con claridad esta afirmación, nos basamos en la elocuente trayectoria de la doctora Martins. Su labor partió en principio de la inquietud por el insuficiente conocimiento del estado en que los inmuebles cistercienses se han debatido en Portugal. Con su quehacer, nos ha planteado el anhelo por dotar del nivel que merecen a esos hijos del movimiento que iniciase Robert de Molesmes, desde la severidad de sus reglas monásticas, cuando fundó la primera casa de Citeaux, a finales del siglo XI. Un

impulso que bajo la influencia de Bernard de Clairvaux se convirtió en la orden religiosa más poderosa de Europa.

Su expansión en Portugal, la localización de las fundaciones y sus vicisitudes, su entidad arquitectónica y su evolución en el tiempo, su paralelo con otras realidades, los resultados de decisiones políticas y culturales... Todo ese mundo que afecta a los espacios cistercienses ha sido estudiado eficazmente por la doctora Martins, desde su visión en el territorio hasta el detalle arquitectónico. Para ello ha aplicado una metodología rigurosa, donde la rica documentación empleada, las cartografías y planimetrías monásticas que ha ido elaborando, o el discurso sabiamente hilvanado, aportan un corpus de una claridad y potencial que rendirá todavía muchos más frutos.

Su presencia en múltiples foros y publicaciones ha validado su línea de investigación, refrendándose aun más con su consecución del doctorado. La tesis doctoral de esta activa profesora, que tuvimos la fortuna de dirigir ambos, ilustró plenamente posibilidades y al mismo tiempo una realidad que seguirá mostrando su productividad. Como este trabajo, que ahora pueden disfrutar los lectores, confirmando que en Ana Maria Tavares Martins la coherencia científica de la profesora, la visión técnica de la arquitecta y el afecto humano de la persona por la temática, nos traen nuevas luces sobre una cuestión vieja pero, gracias a ella, aún más viva.

María Teresa Pérez Cano
Eduardo Mosquera Adell
(Universidad de Sevilla)

PREÂMBULO

Os monges de Cister em Portugal começaram por habitar o espaço territorial designado vulgarmente por “Beira” e que hoje, mais concretamente, se pode incluir nos Distritos de Viseu e Guarda, e nas Dioceses de Guarda, Lamego e Viseu. Terão entrado pelas terras do Varosa, mais propriamente por *S. João de Tarouca* (1143), seguindo-se depois a *Abadia Velha* (c.1150), *S. Cristóvão de Lafões* (1163), *Santa Maria de Aguiar* (1169), *Santa Maria de Maceira Dão* (1188), *Santa Maria de Salzedas* (1191), *S. Pedro das Águias-Velho* (séc. XII), *S. Pedro das Águias-Novo* (séc. XVI) e *Nossa Senhora da Assunção de Tabosa* (1685). Mosteiros até então beneditinos ou afectos a outras ordens religiosas foram imbuídos pela presença do novo espírito cisterciense adaptando-se aos novos usos e costumes.

Assim para além da parte espiritual ligada à reforma encetada em Cister, e depois na Abadia de Claraval, trouxeram também novas formas de trabalhar a terra, colonizando novos espaços. Houve, pode dizer-se, uma verdadeira revolução quer na agricultura, mercê do desbravamento de terras, quer na irrigação dos terrenos, face à implantação de engenhosos sistemas hidráulicos. As actividades desenvolvidas nas granjas que exploravam, foram assim palco de grande acção dando lugar à edificação de grandiosos celeiros, adegas e lagares de azeite, para acolherem as produções agrícolas que passaram a ser mais produtivas.

Portugal acabava de nascer no seio das Nações e tudo estava por fazer. Os monges de Cister foram pois uma “mais-valia” incomensurável para as pretensões de D. Afonso Henriques, que lhes dedicou protecção régia.

A vida nos mosteiros era de austeridade e trabalho, sendo o silêncio absoluto e havendo um completo domínio do espírito sobre o corpo. A Regra de S. Bento determinava que as abadias deviam implantar-se em locais isolados de povoações e em sítios onde os monges pudessem bastar-se a si próprios. O trabalho dos monges era interrompido sete vezes por dia

para a prática dos ofícios religiosos. O trabalho consistia para uns na orientação das obras de construção das edificações monásticas, para outros em actividades artesanais, como a dos copistas, no desenho e transcrição dos livros sagrados, e ainda para outros a coordenação dos trabalhos agrícolas onde os conversos se tornaram indispensáveis, quer no amanho das terras, quer no apascentar dos rebanhos. No caso português, os primeiros monges tiveram também uma importante acção evangelizadora e cultural, visto que lhes foi doado um vasto domínio de território praticamente inabitado, ajudando a consolidar o espaço da Nação.

Os monges de Cister usavam o hábito branco, de pano cru, em sinal de humildade e por isso eram conhecidos como os “monges brancos”. Este pequeno livro, oferecido agora a um público abrangente e entusiasta pelo património e pela marca de Cister em Portugal, baseou-se num desenvolvimento mais aprofundado de uma comunicação apresentada, por convite, aquando o Congresso Internacional “*Afonso Henriques, 900 anos depois*”, proferida no Teatro Municipal Viriato, em Viseu, na qual se apresentaram algumas referências às arquitecturas cistercienses das Beiras.

No momento em que é lançado o “*I Simpósio Internacional Espaços de Cister: Arquitectura e Memória*” na Universidade da Beira Interior, organizado pelo Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura (onde a autora é docente), pelo Departamento de Letras e pela Associação Portuguesa de Cister (APOC) em colaboração com a Abadia de Santa Maria de Oseira e o Museu dos Lanifícios, surgiu a necessidade de assinalar o regresso dos Monges Brancos, ainda que apenas durante os dias do Simpósio, a Portugal e a esta região em particular, pelo que agora se apresentam estas “*breves notas sobre os mosteiros cistercienses na região das beiras*”.

Ana Maria Tavares Martins
(Universidade da Beira Interior)

I. Introdução da Ordem Cisterciense em Portugal

Foi durante o reinado de D. Afonso Henriques (Fig.1), no século XII, que a Ordem de Cister foi introduzida em Portugal, respondendo de forma positiva ao desafio lançado pelo rei para que fossem implantados mosteiros, nos territórios que se iam conquistando, como forma não só de os povoar mas também de os consolidar enquanto terrenos nacionais (Fig.2).

Nessa altura as fronteiras, a norte, encontravam-se já bem demarcadas e poucas alterações tiveram da actual linha da raia minhota. Porém, os territórios mais a sul, tinham como limite a cidade de Coimbra. A Reconquista foi-se efectuando de norte para sul, tentando ganhar o máximo possível de território (até então com ocupação islâmica).

D. Afonso Henriques, terá pedido a intercessão de S. Bernardo aquando a batalha de Santarém (1147). Em agradecimento e reconhecimento pela intercessão de Bernardo de Claraval, D. Afonso Henriques oferece aos mon-

ges cistercienses as terras onde foi construído o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e onde proliferou a prática da agricultura e a arte de diversas indústrias nos Coutos do mesmo mosteiro. Toda esta história lendária encontra-se representada em silhares azulejares historiados datados do séc. XVIII, na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça. (Fig.3 e Fig.4) Segundo M^a Augusta da Trindade Ferreira estes silhares de azulejo eram provavelmente provenientes da Fábrica do Juncal (Ferreira, 1994: 12).

Efectivamente, foi inegável o apoio das comunidades monásticas, como os Beneditinos e os Cistercienses, para a consolidação e povoamento



Fig.1 - Afonso Henriques segundo o Mestre Jorge Braga da Costa, tinta da china, 2009.



Fig.2 - Mapa com a localização dos Mosteiros Cistercienses, fundados e filiados, em Portugal com indicação do género.

do território português à medida que se conquistavam os territórios cada vez mais a Sul, aquando as lutas da reconquista cristã. A Regra de S. Bento aliou a vida contemplativa ao trabalho manual, sob o lema “*Ora et Labora*” dividindo entre a oração e o trabalho as horas do dia monástico.



Fig.3 - Escultura simbólica representando a coroação de D. Afonso Henriques pelo papa Alexandre III e por S. Bernardo, Abade de Claraval. (Escultura do séc. XVIII, sala dos Reis, Mosteiro de Alcobaça).



Fig.4 - Afonso Henriques coloca a 1ª pedra do Mosteiro de Alcobaça (azulejos do séc. XVIII, Mosteiro de Alcobaça).

II. Contributo para uma génese beirão

A região das Beiras (sobretudo o espaço a que corresponde o actual distrito de Viseu) foi o espaço donde irradiaram muitos mosteiros cistercienses e que esteve ligada, através das suas fundações e filiações, aos objectivos de ocupação e gestão do território português.

A Ordem de Cister introduziu-se assim no território beirão num momento em que a própria instituição ainda se encontrava na primeira fase de expansão, espalhando-se por todo o país acompanhando os movimentos da reconquista. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território português, a extensão dos domínios cistercienses e as suas áreas de influência. (Fig.2) Esta foi uma região muito difícil e totalmente integrada no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do bulício das cidades. (Fig.5)



Fig.5 - Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho. Granjinha, Tabuaço

O escritor Aquilino Ribeiro (1885-1963), natural desta zona descreve as agruras mas também as riquezas da região das Beiras do seguinte modo: *“A Beira, por ser a província mais recolhida no cerne de Portugal, será talvez aquela em que se encontra um reportório de tradições, de usos e costumes, mais genuíno e imareado. Com efeito, não parece ter sido de molde a atrair o invasor, e muito menos a segurá-lo a natureza do solo com escarpa após escarpa, pedregulhal após pedregulhal, estreitos vales como no Vouga descrevendo verdadeiras circunvalações em torno de cabeços empinados. A menos que se tenha operado mudança radical nas condições climáticas, pode dizer-se que o aborígene agarrou-se à fraga pelo mesmo milagre por que um carvalhiço, uma azereira, medram em cima da penedia sem que se veja o húmus que os sustenta. Também ele, deitando raízes na terra de granito, leve e pouco profunda, soube resistir e multiplicar-se”* (Ribeiro, 1995: 111).

Na Beira encontram-se notáveis exemplares arquitectónicos desta Ordem que, apesar de distintos, comungam da mesma expressividade marcante associada eternamente a uma espiritualidade, a um ideal, e a uma linguagem inicialmente austera e quase minimal.

De facto na região das Beiras do séc. XII, mosteiros até então beneditinos ou afectos a outras ordens religiosas foram imbuídos pela presença



Fig.6- Mosteiro de S. João de Tarouca (Igreja e os monumentais dormitórios em segundo plano)

do novo espírito cisterciense adaptando-se a novos usos e costumes. Os novos mosteiros cistercienses que surgiram em Portugal foram implantados à imagem e semelhança do mosteiro de Claraval de cujo ramo provêm, definindo assim uma tipologia do lugar. Note-se que apenas no século XVI, em 1567, se dá a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência de Claraval com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça.

É tradicionalmente apontado como primeiro mosteiro cisterciense (Fig.6), no território português, o mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144), embora a sua primazia seja disputada actualmente com S. Cristóvão de Lafões (Fig.7), em S. Pedro do Sul, e o último (Fig.10) Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692), em Sernancelhe.



Fig.7- Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (Igreja e cemitério). S. Pedro do Sul.

Salientam-se ainda os mosteiros de Santa Maria de Salzedas, em Tarouca, e de São Pedro das Águias, em Tabuaço, não só pelas suas arquitecturas mas também por serem exemplo de transferência de sítio. Deve-se salientar ainda os mosteiros de Santa Maria de Maceira Dão (Fig.8), em Mangualde e Santa Maria de Aguiar (Fig.10), em Figueira de Castelo Rodrigo (já no distrito da Guarda).



Fig.8 - Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Mangualde.



Fig.9 - Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Sernancelhe.



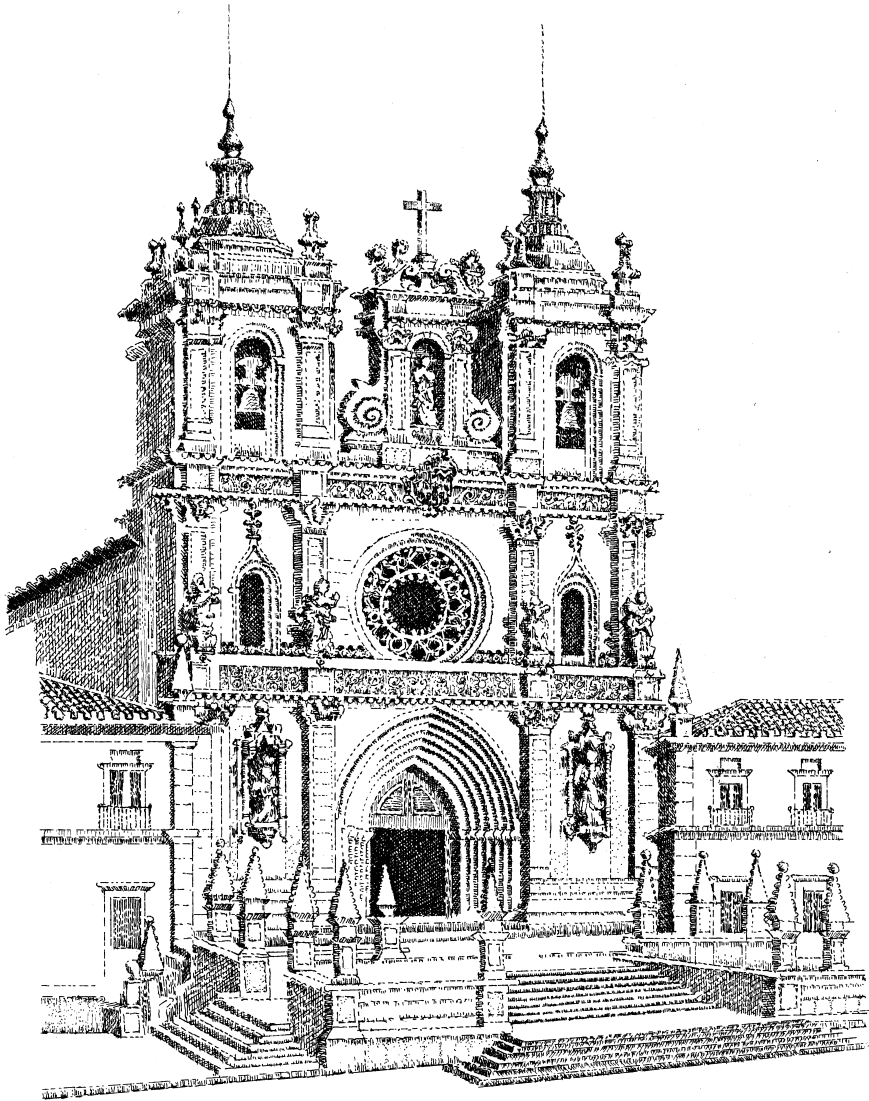
Fig.10 - Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Figueira de Castelo Rodrigo.

Durante o tempo de vida de D. Afonso Henriques, surgiram quatro mosteiros que tinham como abadia-mãe Claraval, pois foram directamente fundados ou filiados por esta abadia. Deste modo, no que se refere aos filiados, deve-se referir o Mosteiro de São João de Tarouca (1143), o já desaparecido Mosteiro de Santiago de Sever (1143-1144), em Sever do Vouga, e o Mosteiro de São Cristóvão de Lafões (1163), em S. Pedro do Sul, cuja primazia é disputada por S. Cristóvão de Lafões (Marques, 1998).

A única fundação em vida de D. Afonso Henriques, e a última em vida de São Bernardo, foi a fundação do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça (1153) sendo de igual modo filho de Claraval (Fig.11).

Porém, em vida de D. Afonso Henriques surge ainda uma filiação (Fig.12) que se destaca por ser filha de Alcobça e não de Claraval: trata-se do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (1182/1195), em Amares.

No seio dos mosteiros cistercienses portugueses, destacam-se dois não só pela sua importância mas também pela sua magnificência: os Mosteiros de São João de Tarouca e de Santa Maria de Alcobça por serem a casa-mãe de grande número de mosteiros pelo que se pode atribuir a existência de dois



J. Braga da Costa

Fig.11 - Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça segundo desenho do Mestre Jorge Braga da Costa

ciclos (temporais e geográficos) na afirmação e desenvolvimento de Cister em Portugal. Assim tem-se o ciclo de São João de Tarouca associado aos primeiros tempos e ao berço de Cister em Portugal, e posteriormente, o ciclo de Alcobaça (que engloba também as fundações da Congregação de Alcobaça) associado ao desenvolvimento e expansão de Cister em Portugal. Pela mesma razão são de destacar os Coutos de Alcobaça e os Coutos de São João de Tarouca, cada um com as suas granjas. Com a desvinculação portuguesa de Cister, e o nascimento da Congregação Autónoma de Alcobaça (1567), surgem novas fundações das quais faz parte o mosteiro beirão de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em Sernancelhe (Fig.9).



Fig.12 - Claustros do Mosteiro de Santa Maria do Bouro. Amares.

III. Para uma compreensão da implantação cisterciense beirã

No entanto para ser possível uma melhor compreensão das Arquitecturas cistercienses das Beiras há que compreender a razão de ser do Cister primitivo, da sua espiritualidade e da legislação que o sustenta.

Desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso do Éden do Génesis, mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste apresentada pelo Apocalipse de S. João e símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal. Esse Paraíso Celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, diminutas réplicas da imensa Jerusalém Celeste, o Paraíso na Terra e Cidade de Deus.

O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela.

“(...)o mosteiro, situado no aqui e agora do mundo, apresenta-nos, de certo modo, uma geografia do sobrenatural, do além. É preciso reconhecer a funcionalidade dos espaços onde vivem os religiosos (...). Um edifício material monástico, com as suas oficinas, mesmo de simples e aparente função laboral, tem sempre uma semiótica espiritual. A simbólica impregnava a vida dos monges de antanho. (...) a construção dum mosteiro e a subsequente instalação dos monges num determinado sítio constituiu uma forma de luta pela fé, um trabalho de evangelização” (Dias, 1997: 23).

O regresso às origens, à Regra de S. Bento, preconizado pelos cistercienses traduziu-se num esforço em atingir através desta o valor evangélico fundamental: a busca de Deus através da oração e do trabalho. Deste modo os cistercienses não pretendiam o primitivo ou o arcaico mas sim a pureza e a autenticidade (Fornari, 1981: 2). A Regra caracteriza-se essencialmente pela divisão do dia entre a oração e o trabalho (*Ora et Labora*), pela obediência ao Abade (*Obedientia*), pela estabilidade (*Stabilitas*), pela vida de perfeição (*conversatio morum*) pela obrigatoriedade de permanência no mosteiro (*Stabilitas Loci*), pela elevação da virtude do silêncio (*De Taciturnitate*), da humildade (*Humilitas*) e da mesura (*Discretio*) (Martins, 2011).

No entanto, a Regra de S. Bento nada refere sobre a utilização de um plano tipo. Apenas menciona os espaços indispensáveis à vida monástica de modo a encontrar no claustro todos os elementos necessários à vida como refere no seu capítulo LXVI: “*Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas*” (Fig.13)



Fig.13 - Cerca do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Sernancelhe.

O monge que segue a regra de S. Bento é assim inseparável do seu mosteiro dado que a este se resume toda a sua existência constituindo de igual modo todo o seu horizonte como refere o *Exordium Paruum*, no seu capítulo XV: “*(...) pois, de acordo com a Regra, a morada dos monges deveria ser no claustro. / Também porque aqueles santos varões tomavam conhecimento de que S. Bento não construíra os mosteiros nas cidades nem nos castelos ou em aldeias, comprometiam-se eles a imitá-lo.*”

Deste modo é compreensível que o mosteiro, sobretudo a sua arquitectura, exerça grande influência sobre o monge não sendo de conceber um sem o outro. Um mosteiro cisterciense deveria ser erigido o mais longe pos-

sível das zonas habitadas uma vez que o monge deverá viver em solidão. Foi esta razão que levou os cistercienses a fazer novas fundações apenas quando os lugares regulares estivessem construídos, sendo o grupo fundador composto por doze monges acompanhados do seu abade, de modo a que a vida regular e todos os exercícios comunitários a ela inerentes fossem possíveis de ser executados. Como referem os documentos primitivos, neste caso *Capitula IX*: “*Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. / Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. / Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais.*”

Para além de toda a sua carga simbólica o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens mas também de Deus (Dias, 1997: 13-37). Aliás, “*Cada mosteiro digno representa um corpo através do qual a vida segundo a Regra é em primeiro lugar possível, depois racionalizada e finalmente simbolizada. (...) Todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da Civitas Dei*” (Braunfels, 1993: introduction).

S. Bernardo referirá, a cidade ideal, este Paraíso na sua Epistola 64 ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível *Jerusalém Celeste* na terra (Dias, 1997: 206-207). O claustro segundo Bernardo de Claraval (Fig.14) era o *Paradisum Claustralis* sendo a vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso (Mumford, 1961: 271 e Simson, 2000: 64). Como refere também o *Capitula IX*: “*Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço.*”

Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister. O mosteiro não é apenas um paraíso na terra, também os locais escolhidos pelos cistercienses se tornaram paraísos terrestres pois estes foram capazes de tornarem os mais desertos e inóspitos locais em “paraísos”, criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais



Fig.14- Claustros do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa

se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Assim, basta ler a descrição da chegada a Cister (1098) tal como é apresentado pelo *Exordium Cistercii* no seu cap. I: “(...) *depois de muitas canseiras e grandíssimas dificuldades que há que suportar por parte de quantos pretendem viver santamente em Cristo conseguiram por fim ver realizado o seu desejo e chegaram a Cister. / Era este local «o sítio de horror e vasta desolação», mas considerando aqueles soldados de Cristo que a dureza do lugar não estava em dissintonia com o rigor do seu propósito e do projecto que haviam concebido no seu espírito como se aquele lugar lhes tivesse sido preparado pela vontade divina, tomaram-no em tanta maior estima quanto mais amor tinham pelo seu propósito.*” Este facto encontra-se presente na legislação cisterciense primitiva, que era constituída pelos *Exordium Parvum*, *Exordium Cistercii*, *Carta Caritatis Prior*, *Summa Cartae Caritatis*, *Capitula*, *Ecclesiastica Officia*, *Usus Conversorum* e depois complementada pelos versos: “*Bernardus valles, colles Benedictus amabat, / Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes.*”, ou seja, Bernardo amava os vales, Bento as colinas, Francisco as vilas, Inácio as grandes cidades.

Pode-se comprovar a preferência dos vales, especialmente aqueles que estavam próximos dos cursos de água, nas suas escolhas cistercienses. Os vales permitiam o acesso à água, bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana, mas também era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e ter-

ras para cultivo, porém comprova-se que nem sempre a escolha foi esta (veja-se o caso de S. Cristóvão de Lafões, Fig.15). Este espaço conquistado à natureza, no qual o homem impõe uma ordem para aí viver em comunidade, orando e trabalhando, estabelecendo um vínculo com o Sagrado e com o sobrenatural, é um espaço ordenado segundo a vontade de Deus. A Regra de S. Bento dotou o Mosteiro de um programa que por sua vez gerou a planimetria da sua arquitectura.

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal na qual todas as necessidades da comunidade em geral, e do monge em particular, deveriam ser atendidas e saciadas. Esta ideia é reforçada pelos *Statuta*, sobretudo no cap. XII, que refere: “*Serão doze os monges a enviar com um abade, que fará o número de treze, a fundar novos mosteiros; não sejam para aí destinados enquanto o local não estiver fornecido com livros, casas e as coisas indispensáveis: por livros entenda-se o missal, a Regra, o livro de usos, o saltério, o himnário, o colectário, o leccionário, o antifonário, o gradual; por casas, o oratório, o refeitório, o dormitório, a cela de hóspedes e de porteiro; por coisas indispensáveis, mesmo de carácter material, aquelas que tornam possível aí viver e aplicar a regra sem tardar.*”



Fig.15 - Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, vista de conjunto. São Pedro do Sul.

IV. Arquitectura Cisterciense: razão de ser

A Arquitectura Cisterciense nasce como reacção à ostentação e riqueza das arquitecturas suas contemporâneas e sobretudo como resposta à opulência dos Cluniacenses. Nela encontra-se presente um modelo de clareza, simplicidade e precisão. A simplicidade era a ideia e o ideal subjacente a todos e a tudo o que estivesse inserido na Ordem de Cister, estando patente não só na arquitectura e na arte, mas também no modo de vida, no trabalho, na alimentação, nas vestes, na liturgia.



Fig.16 - Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, primeiro exemplo do Gótico em Portugal por via cisterciense.

A arquitectura cisterciense, do ponto de vista estilístico apresenta certas influências ora regionais, ora ecléticas, provenientes de diversos meios e aceites pelos monges quando ainda não existia nenhuma doutrina que versasse o tema.

Num primeiro momento, o Românico e depois o Gótico (Fig.16), ajustados a esta austeridade apresentam-se como resposta às exigências dos Cistercienses traduzindo perfeitamente a espiritualidade da Ordem. Deve-se salientar assim a importância da Ordem de Cister não só na proliferação do Românico mas também na introdução do Gótico em Portugal através do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça cuja fundação, em 1153, está igualmente associada à fundação da nacionalidade e à figura marcante de D. Afonso Henriques como foi referido anteriormente.

Deste modo é de ressaltar a importância do espírito cisterciense em ambos os estilos arquitectónicos “(...) quando o Gótico chega a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e ‘branco’. Resta saber, aliás se a própria arquitectura portuguesa, de outros séculos vindouros não deve muito ou quase tudo a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou.” (Pereira, 2000: 155). Salienta-se assim a importância da Arquitectura cisterciense na história de Portugal como refere também Alberto Estima: “(...)os edifícios que melhor expressam a vocação religiosa dos seus autores são anteriores ao século XX e reportam às obras dos monges construtores, os cistercienses. A importância que atribuíam ao edifício religioso fica expresso, não só no estudo exaustivo do projecto como no grau de perfeccionismo com que o edificavam. A Abadia de Alcobaça é provavelmente o seu paradigma maior” (Estima, 2006-7: 156).

V. O desenvolvimento arquitectónico cisterciense

Na Idade Média, sobretudo no decorrer do século XII, é importante ter em atenção a existência de duas correntes estéticas paralelas, mas inteiramente opostas no que respeita à espiritualidade da arte. Por um lado, encontra-se uma concepção da espiritualidade da arte defendida por Sugério de S. Dinis (1081-1151), assim como pelos cluniacenses em geral, segundo a qual se procura um equilíbrio entre o sensível, o belo e o sumptuoso *per visibilia ad invisibilia* (Viti, 1995: 29). Por outro lado encontra-se uma outra concepção da espiritualidade da arte defendida em particular por S. Bernardo e pelos cistercienses, segundo a qual é rejeitada a analogia entre a beleza terrena e o esplendor celeste, constituindo a ascese, e por consequência a renúncia dos sentidos, um meio de alcançar Deus. Os cistercienses pretendiam a união mística com Deus, sendo o homem necessitado de penitência e realçando a função ascética do trabalho manual num ambiente retirado e humilde (Viti, 1995: 14). Para S. Bernardo o luxo é inútil e perigoso estando não só em contradição com as exigências da vida espiritual como também em conflito com esta. A alma, segundo S. Bernardo, necessita de concentração interior para poder atingir o conhecimento.

No que respeita à arquitectura, esta oposição entre S. Bernardo e Sugério de S. Dinis, demonstra que a diferença que os distingue não pode ser considerada em termos meramente arquitectónicos mas sim segundo termos teológicos e teóricos. Este novo modo de encarar a arte tem início com a publicação de um dos primeiros tratados de S. Bernardo, a “Apologia para Guilherme, Abade” (1125) que foi o resultado de uma querela, entre Cistercienses e Cluniacenses, sobre a interpretação da regra de S. Bento e traduziu-se na resposta de S. Bernardo (então já abade de Claraval) a Guilherme, abade de S. Teodorico. Como refere Dom Angelico Surchamp, duas interpretações da mesma regra, ambas abençoadas pela Providência, não podiam deixar de se afrontar mais tarde ou mais cedo (Surchamp, 1982: 16).

A crítica exercida por S. Bernardo na “Apologia para Guilherme, Abade” constitui essencialmente o texto elementar no qual estão patentes os

seus ideais. Através da crítica ao luxo e aos excessos de ornamentação (*superfluitas*), às deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), aos excessos das proporções (*supervacuitas*), S. Bernardo abre caminho para uma estética da moderação (*moderatio*) ornamental onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) constituem os novos critérios estéticos (Martins, 2006: 92-93).

Nas primeiras décadas do séc. XII, a evolução da Ordem de Cister esteve relacionada com o desenvolvimento da arquitectura e da arte caracterizadas pela simplicidade e pela harmonia das proporções que se traduziram num estilo de grande perfeição. Nos territórios onde se implantava a Ordem de Cister eram apresentadas soluções inovadoras, o que não significa que permanecessem como tal, fora destes territórios, pois os cistercienses sempre souberam utilizar as premissas singulares dos locais onde se encontravam. Estas construções sofreram influências de particularidades locais para além do carácter de homogeneidade. Esta homogeneidade seria resultado não só de uma organização centralizada como também do Capítulo Geral a partir do qual eram tomadas todas as decisões destinadas a todos os mosteiros, assim como a visitas regulares dos mosteiros.

A difusão da Ordem de Cister na Europa originou a elaboração de plantas e alçados muito semelhantes denotando uma repetição de modelos e homogeneidade que apontavam para alguma “standardização”.

O desenvolvimento da arquitectura cisterciense não correspondeu apenas ao tipo e estilo da sua construção mas também à disposição de todo o conjunto monástico ou seja igreja, edifícios regulares, construções agrícolas e industriais assim como todo o tipo de anexos (Fergusson, 1998: 40). A partir de 1150 começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos “*de more nostro*”, isto é, “do nosso modo”.

A Ordem de Cister é assim dotada de uma linguagem arquitectónica própria onde se incluem elementos e directivas que possuem um certo paralelismo com a actualidade tanto pelas plantas-tipo, como pelas linhas sóbrias, pela simplicidade, e pela luz. Assim desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. A economia de meios, o rigor, os jogos de volumes e da luminosidade traduzem-se através da perfeita unidade entre um ideal espiritual e as escolhas formais. Pode-se assinalar a importância da Ordem de Cister, não só no que respeita a arquitectura das Ordens Monásticas, em geral, mas também no que concerne a arquitectura contemporânea.

Deste modo as Abadias cistercienses caracterizavam-se sobretudo pela racionalidade na articulação dos espaços e no despojamento de elementos decorativos. No entanto usaram-se soluções locais com materiais disponíveis *in loco* assimilando as tradições culturais existentes. Os cistercienses utilizaram a arte e os modos de construir característicos da região e do país onde se inseriam sem no entanto deixar de aplicar alguns dos princípios que norteavam a sua espiritualidade de carácter austero e simples.

Para os Cistercienses a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o paraíso perdido. Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense.

No mosteiro cisterciense, a igreja constitui-se como o mais importante elemento da sua implantação sendo o mosteiro desenvolvido a partir da Igreja e em torno do claustro. *“O mosteiro, plural nos seus edifícios, é com razão uniforme nos seus objectivos. Lá o homem vive para Deus e o mosteiro comunica com o mundo através da porta principal da igreja e da portaria. Há como que uma coordenação subsidiária no conjunto monástico que se articula à volta da igreja e do claustro que lhe está contíguo. É ali, e a partir dali, que se estrutura a vida dos monges e se organiza todo o espaço envolvente do seu trabalho quotidiano”* (Dias, 1997: 24).

Deste modo, o Claustro, a nível formal e arquitectónico, era o epicentro do espaço monástico, três lados correspondem às funções essenciais: *spiritus*, a Norte, onde se localizava a igreja lugar específico para a oração, introspecção e elevação espiritual; *anima*, a Este, onde se encontrava a sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual, lugares de trabalho mas também de elevação intelectual e espiritual; *corpus*, a Sul, onde se localizava a cozinha, o calefactório, o refeitório, as latrinas, ou seja tudo o que era necessário à sobrevivência e subsistência do corpo, do organismo vivo e humano que compunha cada monge; o quarto lado do claustro, a Oeste, era aberto aos Conversos sendo constituído pelo celeiro, dormitório, refeitório, latrinas. (Fig. 17) Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito (Martins, 2007: 27-29).

Os mosteiros cistercienses apresentam-se com uma divisão em dois sectores distintos, de acordo com as estruturas sociais da Ordem, de modo a poder albergar dois grupos tão díspares, como eram os monges e os conversos.

Aos monges estava destinada a parte oriental da igreja com o seu coro e capelas assim como uma ala na qual se inseria a nível do piso térreo, a

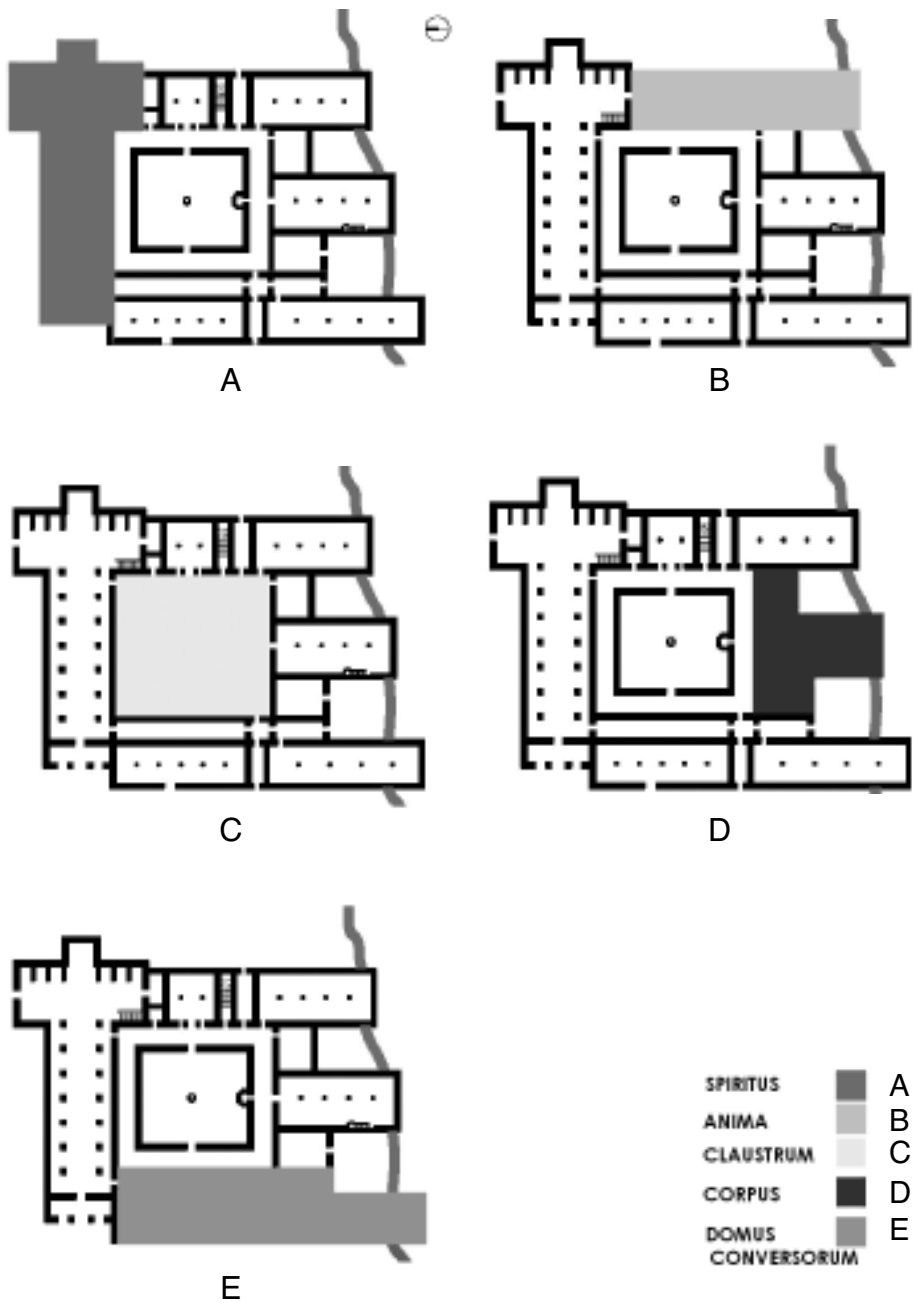


Fig.17 - Esquema - síntese da tipologia monástica cisterciense com marcação das funções operativas

sacristia, o *armarium* (biblioteca), o parlatório onde o Prior recebia os monges, a Sala Capitular (ou sala do capítulo), a sala dos monges destinada ao trabalho intelectual e a nível do piso superior o dormitório e as latrinas. Aos monges ainda cabia a utilização dos claustros espaço destinado à leitura. Aos conversos estavam destinadas a parte ocidental da igreja assim como uma ala na qual se inseria, a nível inferior, o refeitório, o parlatório, o celeiro e, a nível do piso superior, o dormitório e as latrinas. Deste modo, existiam dois corpos no edificado que se opunham não só planimetricamente, no que respeita à sua situação relativamente à igreja, (que era o local de oração comum a ambos ainda que ocupassem locais diferentes) mas também quanto à sua vivência. Na realidade estas eram duas vivências que não se cruzavam fisicamente mas que dependiam inteiramente uma da outra no sentido de cumprir e honrar a Regra que observavam no *stricto sensu*. Apenas a igreja e a cozinha, cuja utilização possuía diferentes horários quer se tratasse de monges ou de conversos, eram comuns. Porém toda a comunidade estava presente na igreja nos dias de festa durante os quais, depois da missa, se encontravam na sala do capítulo para ouvir o abade.

O que a arquitectura cisterciense trás de novo é uma simplicidade e uma coerência inéditas no seu tempo e por ter sido baseada no rigor e na razão do pensamento de S. Bernardo pelo que é muitas vezes apelidada de *arquitectura bernardina*. S. Bernardo uniu a experiência estética e a religiosa permitindo criar elações e conclusões acerca de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos “*de more nostro*” tendo por base o chamado *plano bernardino*, apesar de nada ter escrito especificamente sobre este assunto. Planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular apresentou Honnecourt no seu caderno (1230) onde desenhou um plano tipo de igreja com o título “*esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem Cisterciense*” no qual não representa a espessura das paredes apontando para a existência de um plano ideal (Ferguson, 1984: 78). Esta planta não mantém o seu princípio unificador no seu traçado, ou desenho, mas sim no método utilizado na sua obtenção.

O método caracteriza-se pela obtenção do traçado através de dois módulos base que possuem entre si uma relação de três para quatro. Este será o processo metodológico utilizado na elaboração da referida planimetria e não só serve para regular a planta mas também as elevações ou alçados e todo o corpo monástico. Como refere Romanini: “*Porque as igrejas são uma parte homogénea desse complexo, assimilável a todas as outras,*

incluindo as estruturas de trabalho, a rede viária e o traçado das canalizações, que penetrando cada vez mais longe nos campos cultivados para melhor os estruturar, acabam por modelá-los à sua própria imagem. (...) Mais ainda: a traça bernardina regulamenta com igual precisão as máximas e as mínimas, as volutas de um capitel ou as canalizações de pedra dos adutores de água, não estabelecendo qualquer diferença entre o que é visível e o que, pelo contrário, fica escondido” (Romanini, 1998: 143).

Consequentemente, o referido plano Bernardino, não só regula o plano da igreja cisterciense e todo o edifício monástico, mas também a vida da comunidade monástica a cada instante como se pode observar pela rigorosa disposição dos edifícios que constituem o corpo monástico. A planta-tipo respondia às exigências de funcionalidade, abolindo o supérfluo, permitindo economia de espaço e de movimento possibilitando assim a coexistência de monges, conversos e noviços articulando as suas vidas e tarefas segundo o lema “*ora et labora*”.

A austeridade cisterciense reflectia-se não só na rotina quotidiana dos monges, mas também na própria lógica, na racionalidade da articulação dos espaços arquitectónicos e no despojamento de elementos decorativos, no que respeita à arquitectura, no Capitula XXVI, encontra-se: “*Proibimos que haja esculturas ou pinturas nas nossas igrejas ou em quaisquer dependências do mosteiro, pois quando se olha para elas, deita-se a perder a utilidade da boa meditação ou a disciplina da gravidade monástica. No entanto, temos cruzes pintadas que são de madeira*”. A arquitectura cisterciense rejeita deliberadamente as pinturas murais, os vitrais coloridos, os capiteis arduamente trabalhados, as torres de tal modo que no mesmo Capitula XXVI se afirma: “*Não é permitido ter em lugar algum esculturas, mas apenas cruzes pintadas, e não sejam senão de madeira*”.

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante as demandas da realidade do contexto em que se inseriam. Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local.

A tipologia das igrejas cistercienses seguia assim um plano tipo que durante muito tempo foi apelidado de Plano Cisterciense ou mesmo de Plano Bernardino. Um dos exemplos mais representativos deste plano é o da Abadia de Fontenay, em França e o da primitiva Abadia de Alcobaça em Portugal.

De facto, é a influência do pensamento de S. Bernardo que vai proporcionar a utilização das linhas simples e direitas e que vai repercutir-se sobretudo nas igrejas dos mosteiros com filiação em Claraival (como é o caso de mosteiros em solo português). As outras fundações e filiações também adoptaram este programa e esta linguagem. No entanto a utilização de mão-de-obra local e as influências das arquitecturas regionais trouxeram elementos característicos do próprio local onde se inseriam.



Fig.18 - Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Sernancelhe.

VI. Mosteiros Cistercienses portugueses: a questão do nome.

A maior parte dos mosteiros cistercienses portugueses são como seria de esperar consagrados à Mãe de Deus. *“Fica estabelecido que os nossos mosteiros devem ser fundados em honra da Rainha do Céu e da Terra”* (Capitula IX) e ainda *“Dado que os nossos antecessores e pais vieram inicialmente da igreja de Molesme para o lugar de Cister, e que aquela igreja é dedicada à bem-aventurada Virgem Maria e daí também nós tivemos origem, por isso mesmo decidimos que todas as nossas igrejas e as dos nossos sucessores sejam fundadas e dedicadas a Santa Maria, Rainha do Céu e da Terra”* (Statuta XVIII).

A sua denominação inicia-se geralmente com o nome *“Santa Maria”* seguindo-se o nome do local onde se implanta o mosteiro (Santa Maria de Salzedas, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Maceira Dão) ou então (Fig.18) iniciando-se com o nome *“Nossa Senhora”* (Nossa Senhora da Assunção de Tabosa).

Os mosteiros cuja denominação não se inicia por Santa Maria estão geralmente associados aos nomes dos ermitérios ou comunidades pré-existentes que aderiram posteriormente à Ordem de Cister mas que conservaram a sua denominação como é o caso de São João de Tarouca (antigo ermitério e depois mosteiro beneditino), São Cristóvão de Lafões, S. Pedro das Águias (mosteiro beneditino) (Fig.19).



Fig.19 - Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho. Tabuaço.

VII. Escolha dos locais de implantação cisterciense

A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante o período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente, a tantas outras implantações cistercienses. Ou seja, os locais deviam corresponder não só à interpretação e observância da Regra de S. Bento como também à procura “da solidão do deserto” e dos seus atributos que em muito determinaram a escolha dos locais influenciando mesmo a concepção estrutural e morfológica do Mosteiro.

Os cistercienses, em Portugal, procuraram os locais afastados dos grandes centros urbanos, de preferência em vales férteis e próximos de um curso de água para implantarem os seus mosteiros em conformidade com o ideal cisterciense. Muitas implantações cistercienses foram alvo de transferência de local, quer fosse por falta de água, água em demasia que pudesse provocar risco de inundações, locais demasiado buliçosos, insalubridade climática.



Fig.20 - Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo. Távora, Tabuaço.

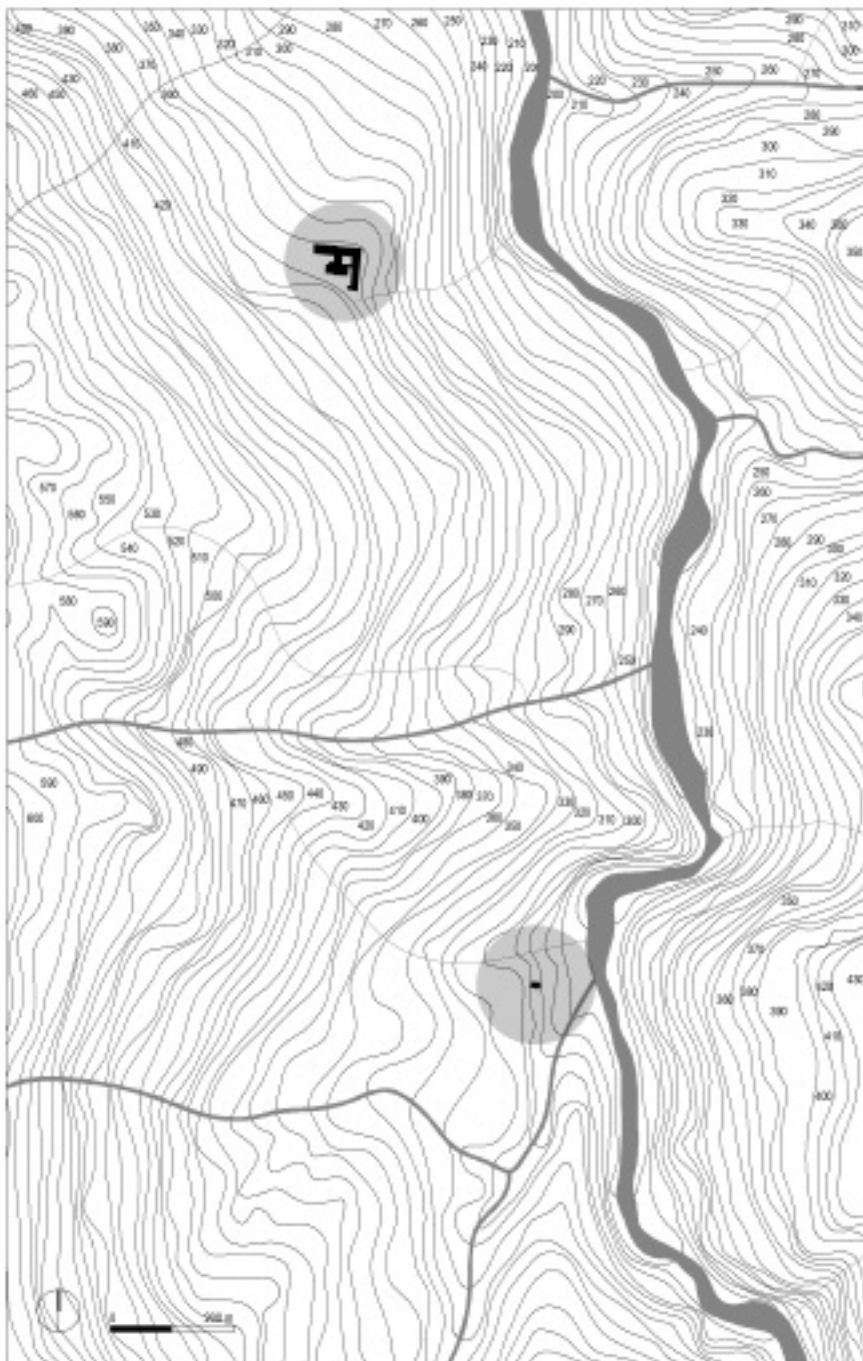


Fig.21- Mosteiro de S. Pedro das Águas, o velho, a sul e mais a norte a nova implantação correspondente ao Mosteiro de S. Pedro das Águas, o novo.

Em Portugal foram alvo de transferências de sítio os Mosteiros de Santa Maria de Salzedas e de S. Pedro das Águias.

O Mosteiro de Sta Maria de Salzedas foi transferido alguns quilómetros pois corria o risco de ser frequentemente inundado devido a cheias do Varosa dada a sua proximidade a esta linha de água substituindo assim a Abadia Velha de Salzedas.

S. Pedro das Águias, o velho, foi substituído pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo (Fig.20), devido à aridez do local da primeira implantação. Tanto a primeira implantação de Salzedas como a primeira implantação de S. Pedro das Águias não foram terminadas devido à transferência de sítio e de ambas restam os vestígios da igreja, incompleta no caso de Salzedas e completa no caso de S. Pedro das Águias (Fig.21).

Deste modo pode-se comprovar que o oratório seria sempre o primeiro edifício do conjunto monástico a ser erigido em pedra.

Para que um mosteiro prosperasse e se desenvolvesse era necessário criar um perfeito enraizamento para o qual era necessário uma inteligente adaptação ao meio. As transferências de sítio apontam para uma preocupação, por parte dos monges cistercienses, em relação aos seus territórios no que respeita ao seu desenvolvimento e prosperidade. No caso de uma primeira implantação se mostrar imprópria os cistercienses não hesitavam em fazer uma transferência de sítio ou então regressar à Abadia-mãe (Cocheril, 1966: 365).

Na região das Beiras, é de assinalar também a existência de um elevado número de igrejas românicas cuja planimetria apresenta uma nave única e abside, contrastando com o românico cisterciense de maior envergadura que pode apresentar três naves, como é o caso de São João de Tarouca ou mesmo Salzedas (tanto o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Fig.22) como as ruínas da Abadia Velha) acrescidas de transepto e cabeceira composta por ábside e absidíolos.

De S. João de Tarouca (1143) subsiste a Igreja que continua em actividade e da qual se evidencia a sacristia (Fig. 23), destacam-se também os monumentais dormitórios (séc. XVI e XVII) e os vestígios do elaborado sistema hidráulico.

A igreja apresenta três naves, um largo transepto saliente e uma cabeceira composta por três capelas quadrangulares escalonadas. Escavações arqueológicas colocaram a descoberto o claustro original do séc. XII (Fig.24) assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas (Fig.25).

O Mosteiro de São João de Tarouca, apresenta a sua estrutura medieval pouco alterada pelo que ainda se pode vislumbrar a primitiva planime-



Fig.22 - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, fachada da Igreja.



Fig.23 - Sacristia do Mosteiro de S. João de Tarouca (antes do restauro).



Fig.24 - Zona claustural do Mosteiro de S. João de Tarouca (séc. XII).



Fig.25 - Dormitórios do Mosteiro de S. João de Tarouca (séc. XVII) e zona da cozinha e claustro (séc. XII).

tria, característica do românico tardio. Por outro lado, ao possuir Claraval como abadia-mãe apresenta uma singular familiaridade, tão constante na arquitectura cisterciense, ao ser possível encontrar-se uma planimetria inserida no âmbito do plano bernardino, sendo esta uma extensão da planimetria apresentado por Claraval II (Fig.26).

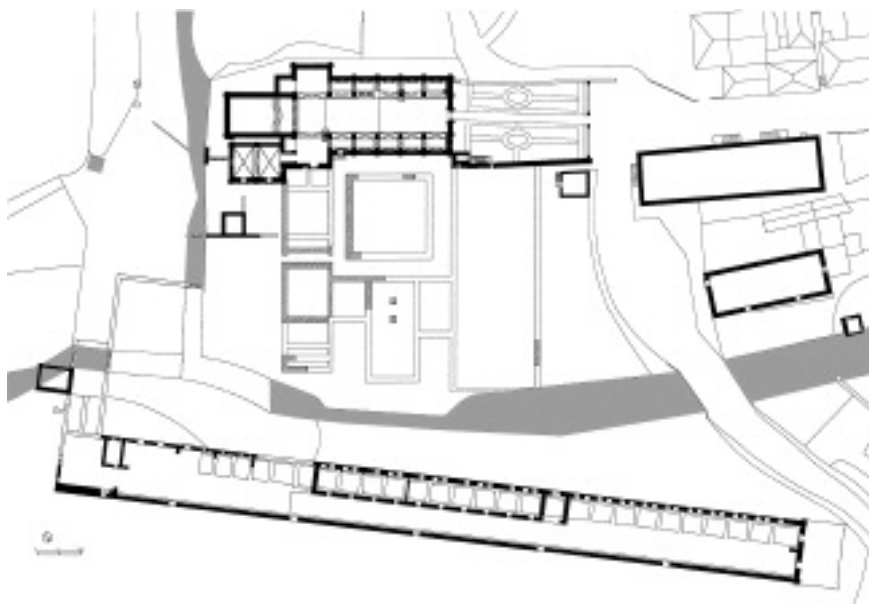


Fig.26 - Justaposição do plano cisterciense sobre os vestígios arqueológicos encontrados

De igual modo, inseridos na região das Beiras, se encontram os mosteiros de Santa Maria de Salzedas (1191) e S. Pedro das Águias (séc. XII, com nova implantação no séc. XVI), que em muito potenciaram a acção cisterciense no país. Ambos são exemplos de transferência de sítios, prática que como já foi referido sucedia por vezes com os mosteiros cistercienses.

A Santa Maria de Salzedas corresponde uma primeira implantação a NE (Abadia Velha) da qual se encontram vestígios arqueológicos (Fig.27) em terrenos de um particular (Quinta da Abadia Velha). Deste modo é possível vislumbrar nas ruínas da Abadia Velha de Salzedas (1168) a marca de Cister numa igreja românica e de grande porte que apresenta indícios de três naves, transepto saliente, cabeceira composta salientando-se a ábside e absidiólo poligonais, algo raro nos mosteiros desta ordem que usualmente apre-

sentavam uma cabeceira recta. Aquela que é actualmente a Igreja do antigo Mosteiro de Santa Maria de Salzedas permitiu revelar, após obras de conservação, a existência da primitiva igreja de características românicas trazendo à luz do dia capiteis, colunas e arcos ogivais que se encontravam “embutidos”, na actual igreja, fazendo parte integrante da sua estrutura, como se tratasse do esqueleto de um organismo vivo e atemporal que é o



Fig.27 - Abadia Velha de Salzedas, vestígios arqueológicos.

próprio edifício. Pode-se mesmo referenciar a existência de três igrejas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas: as ruínas da Abadia Velha e a actual igreja, que se apresenta verdadeiramente como duas igrejas numa só, a primitiva e estrutural por um lado e a subsequente que funciona quase como uma “pele” em relação à anterior (Fig.28).

Assim, do período medieval remanesce igreja do mosteiro que apresenta planta em cruz latina, três naves e transepto saliente sendo a cabeceira composta por cinco capelas absidiais escalonadas, caso raro no panorama do românico português. Porém, deste período apenas subsistiu um absídiolo semi-circular, no braço norte do transepto, com colunas adossadas no exterior.



Fig.28 - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, onde se vê a sobreposição de duas estruturas que correspondem a épocas diferentes.

Do Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho), concelho de Tabuaço, subsiste a Igreja românica de planta simples dotada de nave única e capela-mor rectangular. O destaque vai para a decoração escultórica, sobretudo para o tímpano da porta axial que apresenta uma cruz de características visigóticas e o belíssimo tímpano contendo a representação do *Agnus Dei* no portal norte.

VIII. Nota final

As marcas do legado da Ordem de Cister em Portugal apresentam-se como um sistema, que como tal permite a sua abordagem e estudo, constituindo-se em unidades não só arquitectónicas como artísticas e paisagísticas de elevado valor patrimonial que merecem ser preservadas. Apesar do Património Cisterciense, em Portugal, começar a ser inserido num plano abrangente e transeuropeu não deixa de prestar a sua contribuição na revitalização de planos, locais ou regionais, de desenvolvimento e identificação cultural.

Os mosteiros cistercienses portugueses tornaram-se dignos exemplares da arquitectura cisterciense europeia, apesar de ao longo dos tempos terem sido adaptados, ampliados e transformados segundo os gostos e os estilos da época. Muitos foram alvo de diversas recuperações e reabilitações, sobretudo no século passado, seguindo as teorias em voga e que fizeram reviver a sua arquitectura primitiva, como é o caso da pequena Igreja de S. Pedro das Águias ou permitiram descobrir a realidade escondida e esquecida, como foi o caso da intervenção que pôs a descoberto partes da primitiva estrutura medieval da Igreja de Santa Maria de Salzedas ou mesmo os notáveis trabalhos de escavação arqueológica conduzidos no Mosteiro de São João de Tarouca que puseram a descoberto vestígios da estrutura da primitiva abadia, permitindo perceber que os seus principais espaços, dos quais fazem parte o claustro, a sala do capítulo, a cozinha, as latrinas, se configuravam segundo o plano tantas vezes utilizado pelos cistercienses e que reflecte o pensamento de S. Bernardo moldado à arquitectura, ao ser um traçado de feição claravaliana. Com o decorrer do tempo também os ideais e a realidade se vão alterando. Os Mosteiros, após extinção das Ordens, por decreto de 28 de Maio de 1834, sofreram inúmeras transformações porém, na actualidade, são alvo de reabilitação segundo os moldes da contemporaneidade.

Não deverão no entanto ser jamais esquecidas todas as conotações simbólicas, ideais e espirituais inerentes aos Mosteiros Cistercienses nem as transformações operadas que permitiram a dialéctica entre a pequena e a grande escala, entre o ideal e a realidade, desde o início da nacionalidade até à contemporaneidade.

OS MOSTEIROS DE CISTER NA REGIÃO DAS BEIRAS

Apêndice documental.

- 1 – S. João de Tarouca
- 2 – S. Cristovão de Laços
- 3 – Abadia Velha de Salzedas
- 4 – Santa Maria de Salzedas
- 5 – S. Pedro das Águias, o velho
- 6 – S. Pedro das Águias, o novo
- 7 – Santa Maria de Aguiar
- 8 – Santa Maria de Maceira Dão
- 9 – Nossa Senhora da Assunção de Tabosa
- 10 – Santa Maria da Estrela

GÉNERO

- MONJAS
- MONGES



Fig.29 - Implantações dos Mosteiros cistercienses em Portugal com os Mosteiros da região das Beiras legendados

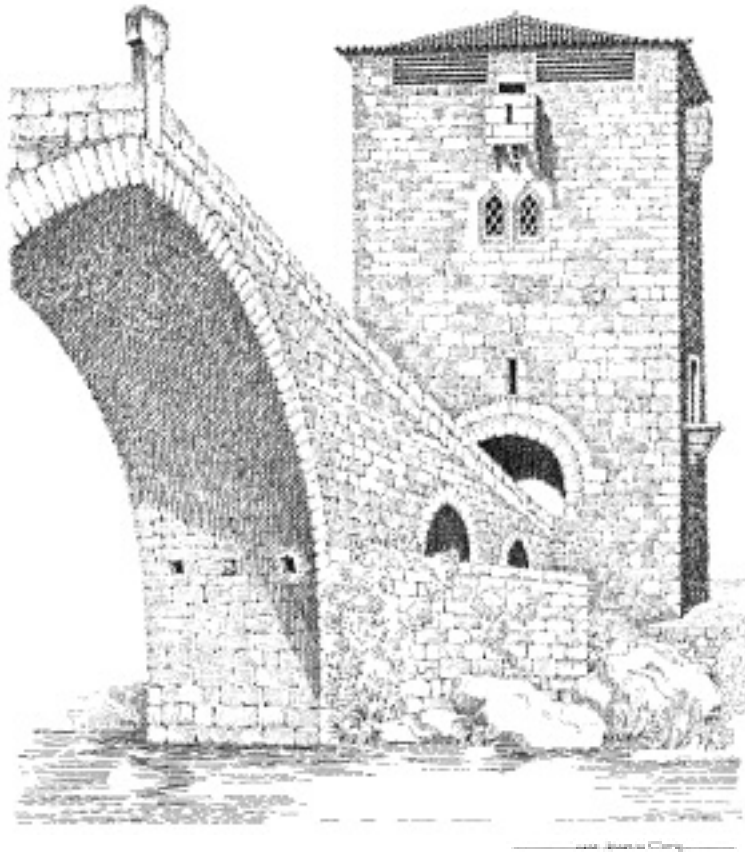


Fig.30 - Torre da Ucanha segundo desenho de Mestre Jorge Braga da Costa

1. Mosteiro de S. João de Tarouca



Fig.31 - Mosteiro de S. João de Tarouca segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: S. João de Tarouca

Distrito: Viseu

Concelho: Tarouca

Freguesia: S. João de Tarouca

Diocese: Lamego

Latitude: 40° 59' 40" N

Longitude: 7° 44' 46" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVII. Inicialmente ligado à Ordem Beneditina filiou-se em 1143 em Claraval. Teria sido primeiramente um ermitério, onde depois da vitória sobre os mouros, em Trancoso, D. Afonso Henriques lançou a primeira pedra da igreja e em 1140 passou Carta de Couto ao Mosteiro. A construção da torre sineira ocorreu no século XVI e no século XVII foi reformulada e ampliada a capela-mor para receber um retábulo de talha dourada. Datam de 1718 os azulejos da capela-mor e de 1766 a encomenda do órgão. Em 1834 o Mosteiro foi extinto.

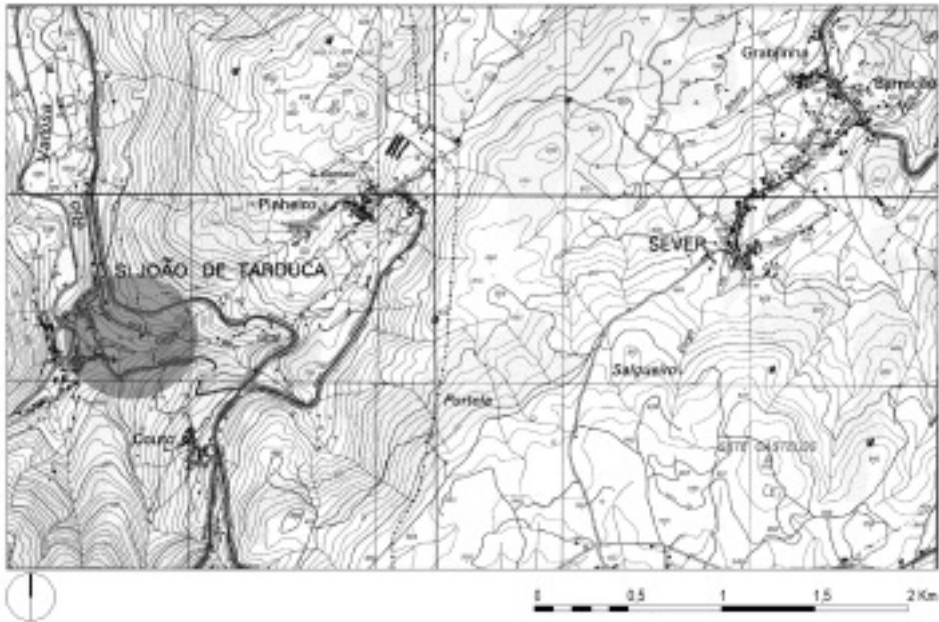


Fig.32 - Localização do Mosteiro de S. João de Tarouca (desenho da autora sobre Carta militar nº148 MOIMENTA DA BEIRA – 1997 - série M788)

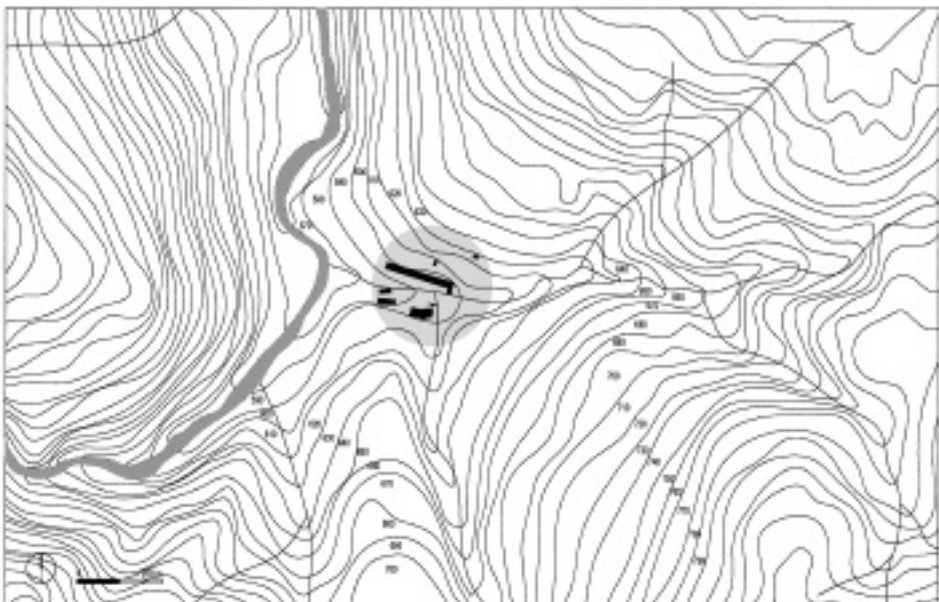
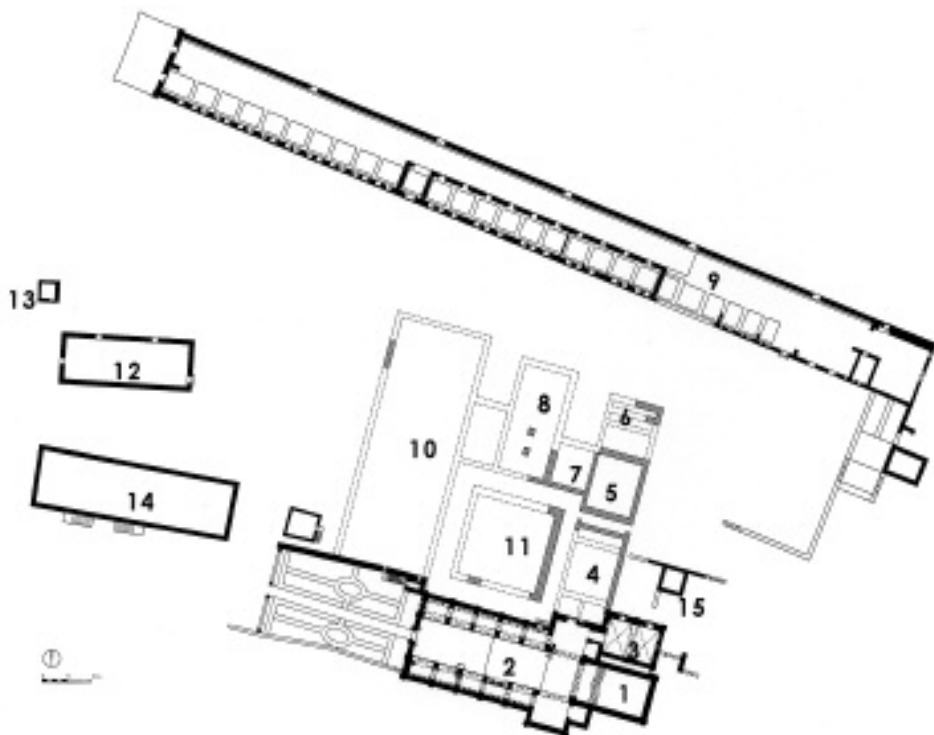


Fig.33 - Implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



- | | | |
|----------------------|------------------------|--------------------|
| 1 - Capela-mor | 6 - Latrinas | 11- Claustro |
| 2 - Nave | 7 - Cozinha | 12 - Tulha |
| 3 - Sacristia | 8 - Refeitório | 13 - Moinho |
| 4 - Sala do Capítulo | 9 - Dormitórios | 14 - Hospedaria |
| 5 - Scriptorium | 10 - Ala dos Conversos | 15 - Torre sineira |

Fig.34 - Mosteiro de S. João de Tarouca (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

O Mosteiro de S. João de Tarouca é tido como o primeiro, em território nacional, a engrossar a corrente que brotava de *Claraval* após a divulgação da Ordem e seu desenvolvimento levado a cabo por S. Bernardo. Situa-se no concelho de Tarouca. Ao que tudo indica, os primeiros monges fixaram-se junto ao rio Varosa por volta de 1140, ano em que D. Afonso Henriques deu Carta de Couto a uma comunidade observante da regra de São Bento. Quatro anos mais tarde, o mesmo monarca doou o couto de Santa Eulália aos monges, em documento onde se refere, expressamente,

que a instituição se regia *secundum Ordinem Cisterciensium*. De arquitectura românico-gótica, com portal renascentista, sofreu progressivas alterações durante o século XVII, nomeadamente na fachada principal, que tem o pano de fundo dividido por duas pilastras e é rematada por outras iguais, coroadas por pináculos, assentes em capitéis. No pano central abre-se um portal de verga recta, encimando por uma imagem e um escudo, ladeados por duas janelas. A Igreja possui planta cruciforme, de três naves, sendo a central mais elevada, proporcionando assim volumes articulados.

Aqui está sepultado o Conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, num monumental túmulo de granito, decorado com cenas de caça, tema característico de uma nobreza fundiária em busca de prestígio social e legitimação.

No que respeita às transformações operadas nos séculos XVII e XVIII, períodos de actualização estética e funcional do conjunto, há a destacar os dormitórios, que acolhiam um imenso número de monges brancos e o actual portal da fachada principal da igreja, maneirista, encimado por nicho com a imagem de São João, com dois janelões barrocos. No interior, destaca-se o retábulo-mor de talha dourada, datado de 1702, e o órgão de tubos. Deste período é igualmente a reforma do claustro e das alas monásticas. É Monumento Nacional desde 1956 e possui ZEP.

2. Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões

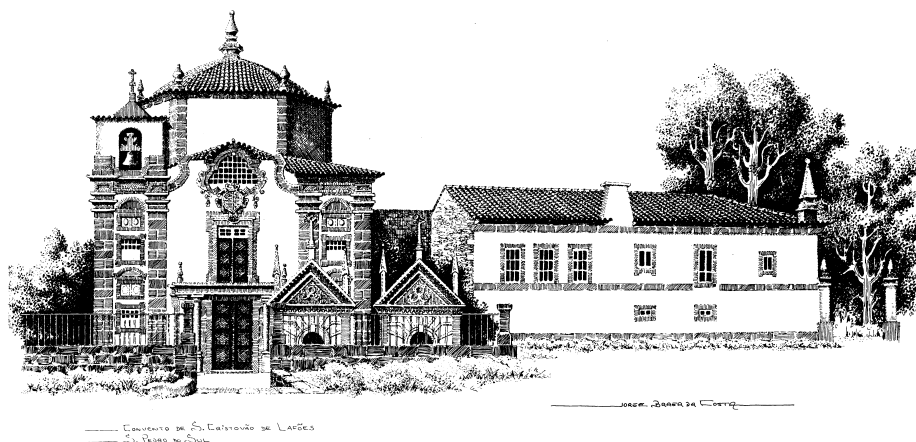


Fig.35 - Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: S. Cristóvão de Lafões

Distrito: Viseu

Concelho: S. Pedro do Sul

Freguesia: S. Cristóvão de Lafões

Diocese: Viseu

Latitude: 40° 45' 48" N

Longitude: 8° 10' 24" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino filiado na Ordem de Cister em 1161. Inicialmente ligado a um ermitério, provavelmente mais tarde pertenceu a beneditinos, em 1137 D. Afonso Henriques doou ao Mosteiro o Couto de Valadares. Em 1704 houve lugar à terceira reconstrução da igreja, após incêndio. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em hasta pública. Nos anos 80, do século XX a família Osswald adquiriu a parte dos edifícios monásticos e regulares que requalificou para turismo rural. A Igreja pertence à paróquia.

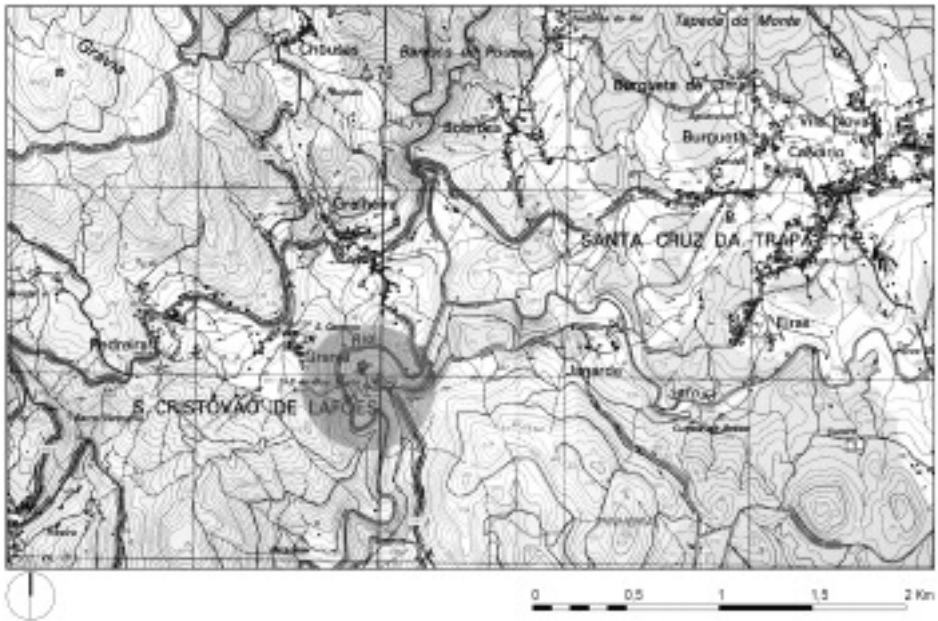


Fig.36 - Localização do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (desenho da autora sobre Carta militar nº200 NELAS -1992 - série M788)

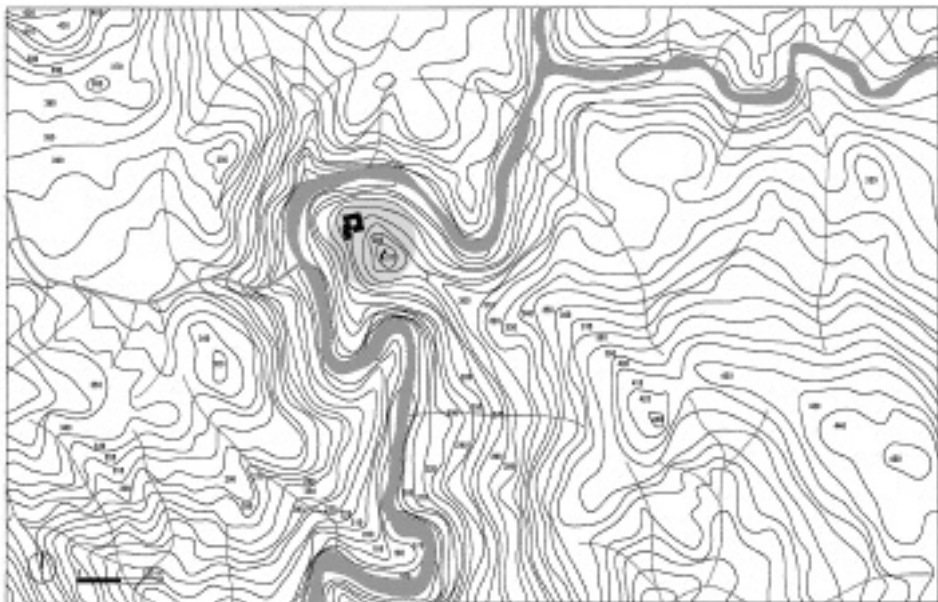
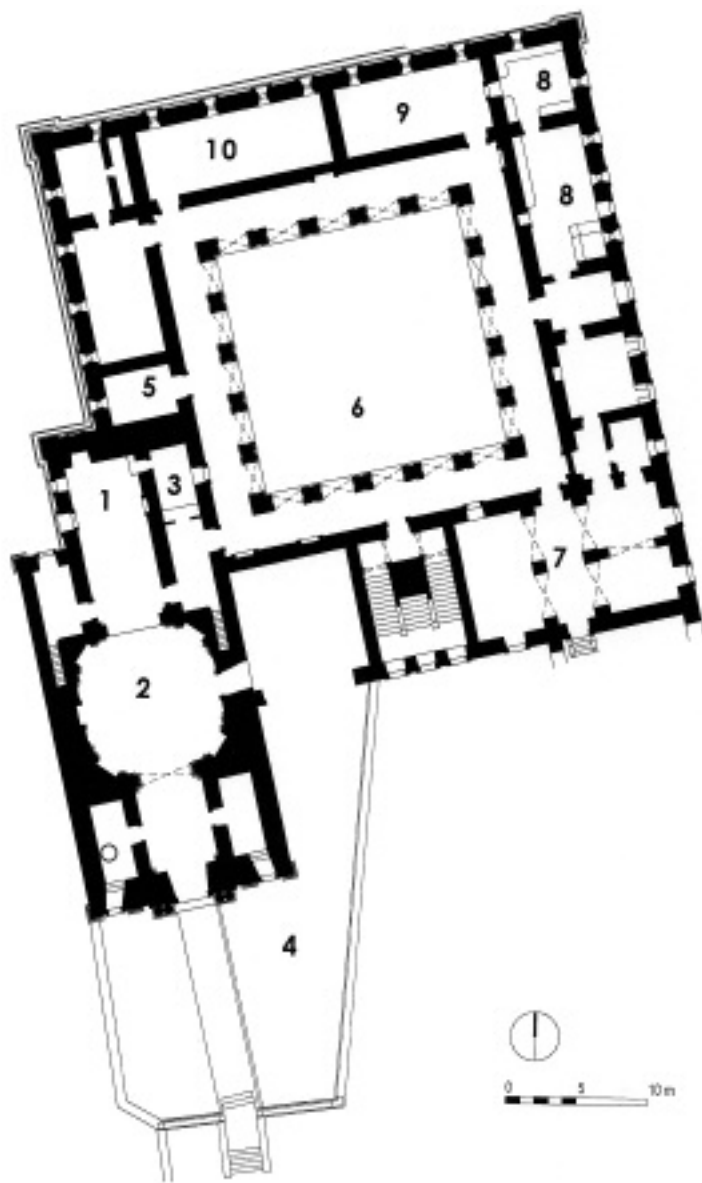


Fig.37 - Implantação do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



1 - Capela-mor
 2 - Nave
 3 - Sacristia
 4 - Cemitério

5 - Sala do Capítulo
 6 - Claustro
 7 - Adegas
 8 - Cozinha

9 - Refeitório
 10 - Scriptorium

Fig.38 - Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

O Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões situa-se no concelho de S. Pedro do Sul, num pequeno promontório, quase como se de uma península se tratasse, rodeado por uma paisagem verdejante e pelas águas do rio Varoso, um afluente do Vouga que por ali vagueia.

Nos primeiros tempos, teriam estado ali os frades da Regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que depois, terão aderido à Regra de S. Bento, que já professavam em 1161, como consta da Carta de Couto da Trapa e Paçô, onde se diz que o Abade e todos os seus irmãos “*ordinem sancti Benedicti tenent uel tenebunt*”. Mais tarde aderiram à Ordem de Cister, onde se mantiveram. Também o Couto de Valadares foi doado por D. Afonso Henriques ao mosteiro e a um dos seus primeiros abades, João Cirita, por volta de 1137.

A igreja do mosteiro, depois de ter sofrido dois incêndios, foi reconstruída pela terceira vez em 1704 e foi sagrada em 1761.

O mosteiro seria extinto em 1834, sendo vendido em hasta pública.

A devassidão levou-o progressivamente à ruína, a que se seguiram incêndios, roubos de azulejos, de pias de pedra, de portadas e até do travejamento de madeira. Foi assim que o vieram a encontrar os actuais proprietários que procederam ao seu restauro e requalificação para espaço de turismo rural.

A Igreja é propriedade paroquial e serve como matriz da freguesia.

Está classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) e possui Zona Especial de Protecção (ZEP) através da Port. nº 399/2010, publicada no DR (2ª série) de 14 de Junho de 2010

3. Abadia Velha de Salzedas

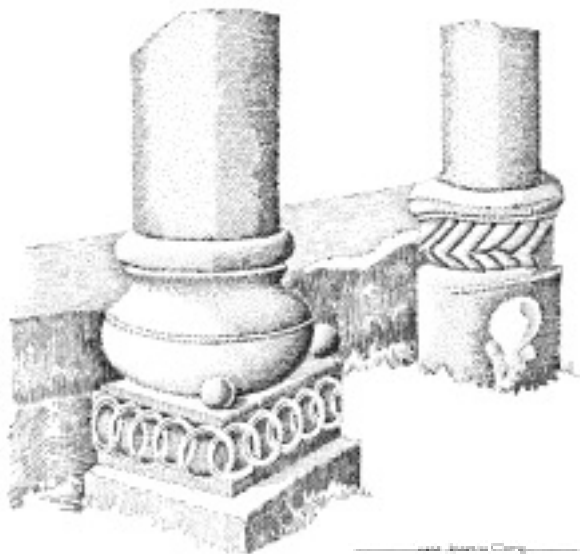


Fig.39 - Abadia Velha de Salzedas segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: Quinta da Abadia Velha

Distrito: Viseu

Concelho: Tarouca

Freguesia: Ucanha

Diocese: Lamego

Latitude: 41° 3' 38" N

Longitude: 7° 44' 30" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção terá ocorrido cerca de 1150. Foi a primitiva construção do Mosteiro de Salzedas, de que apenas restam as fundações.

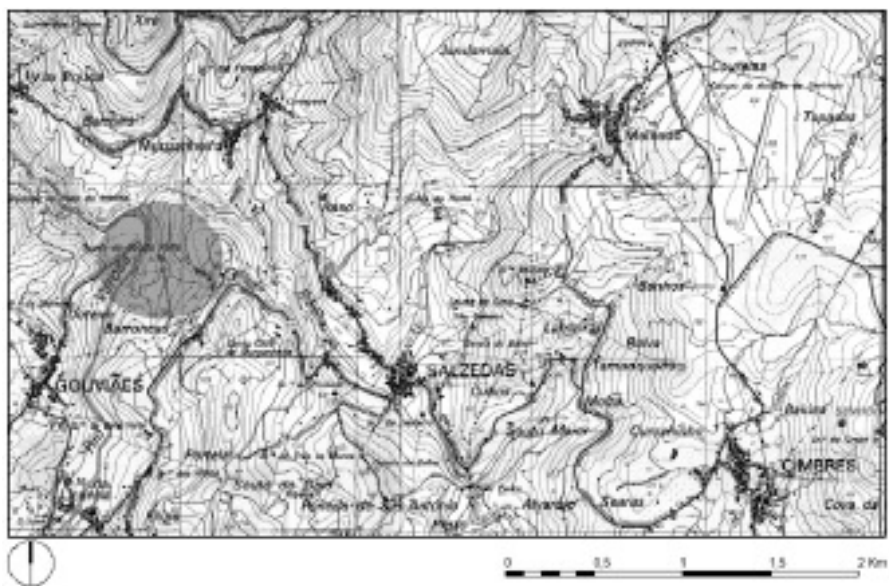


Fig.40 - Localização da Abadia Velha de Salzedas (desenho da autora sobre Carta militar nº138 ARMAMAR - 1997 - série M788)

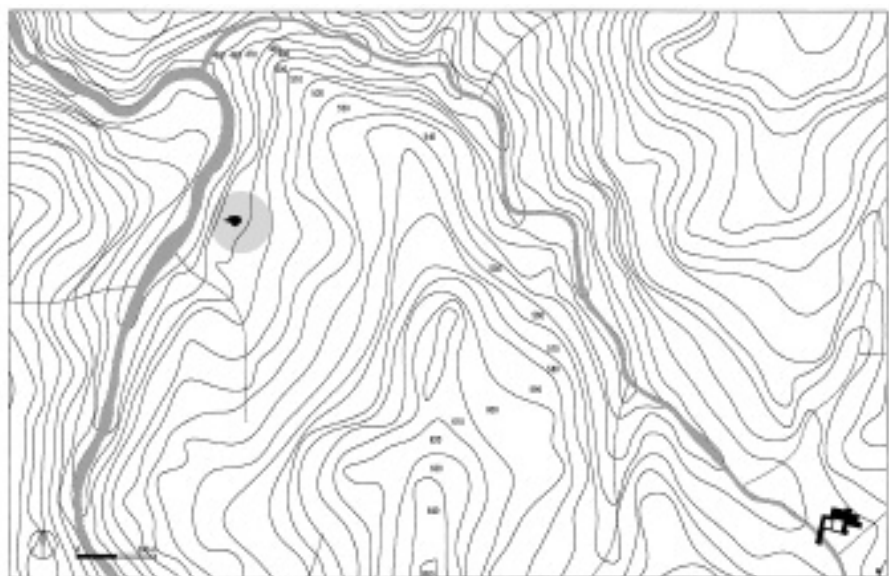


Fig.41 - Implantação da Abadia Velha de Salzedas no território e sua proximidade com o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas localizado no canto inferior do lado direito (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



1 - Capela-mor

2 - Nave

3 - Absidiolos

Fig.42 - Abadia Velha de Salzedas (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

A Abadia Velha situa-se entre a Ucanha e Salzedas, no Concelho de Tarouca e é tradicionalmente apontada como uma das primeiras tentativas de edificação de um mosteiro naquela região.

Por razões várias, mas essencialmente pela proximidade excessiva de um curso de água, o projecto foi depois abandonado surgindo posteriormente o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Frei Baltazar dos Reis, cronista cisterciense do século XVII, redigiu vários apontamentos, com base em recolhas documentais, sobre a história da comunidade de Salzedas. Assim, em sua opinião, os monges teriam instalado na área da actual freguesia, num mesmo tempo e coexistindo até finais da Idade Média, duas comunidades da Ordem de Cister. A primeira, junto ao rio Varosa, denominada Santa Maria de Salzedas, teria antecedido a que ficaria a ser conhecida, depois do seu abandono, por *Abadia Velha*. A outra, erguida a pouca distância, a Abadia Nova de Algeriz, jaz sob os alicerces do actual mosteiro de Salzedas. Esta narração viria a suscitar grande polémica entre os investigadores pois a legislação cisterciense impedia a fundação de abadias da ordem a menos de oito léguas entre elas. Erro ou confusão do cronista, este registo veio de novo à discussão, quando em 1969, na actual quinta da Abadia Velha, situada a pouca distância de Salzedas, numa baixa fértil e aplanada, circundada de montes, apareceram os alicerces de um edifício construído com grandes silhares siglados. A igreja teria sido composta por três naves,

transepto saliente e pilares assimétricos na base. O remate da cabeceira, e que ainda hoje pode ser observado o seu arranque, é constituído por três absides rectangulares escalonadas. No ângulo sudeste do transepto uma escada em caracol daria acesso a um campanário ou a um segundo piso. No mesmo local, mas rasgada na parede sul, uma porta daria acesso ao claustro, que nunca foi posto a descoberto. Está classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1971 pelo Dec. n.º 516/71, DG 274 de 22 Novembro.

4. Mosteiro de Santa Maria de Salzedas



Fig.43 - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: Praça António Pereira de Sousa

Distrito: Viseu

Concelho: Tarouca

Freguesia: Salzedas

Diocese: Lamego

Latitude: 41° 3' 15" N

Longitude: 7° 43' 30" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XIX. Inicialmente beneditino depois filiado em Cister, em 1196. Em 1163, D. Afonso Henriques doou o Couto de Algeris (Salzedas) a D. Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz e esta por sua vez faz doação do mesmo aos monges da Regra de S. Bento (seriam beneditinos que passaram depois para a Ordem de Cister). No século XVI, D. João III encerra o Mosteiro sendo restaurado em 1564. No século XVIII continuaram as remodelações na estrutura do Mosteiro, com incidência na fachada principal sendo construída no século XIX a torre sineira. Em 1834 o Mosteiro é extinto.

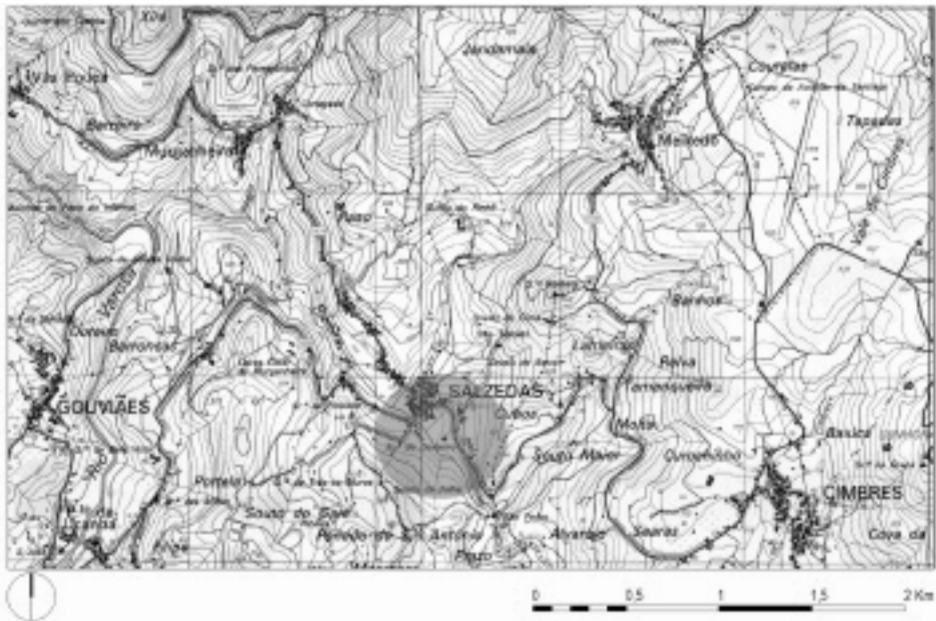


Fig.44 - Localização do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (desenho da autora sobre Carta militar nº138 ARMAMAR - 1997 - série M788)

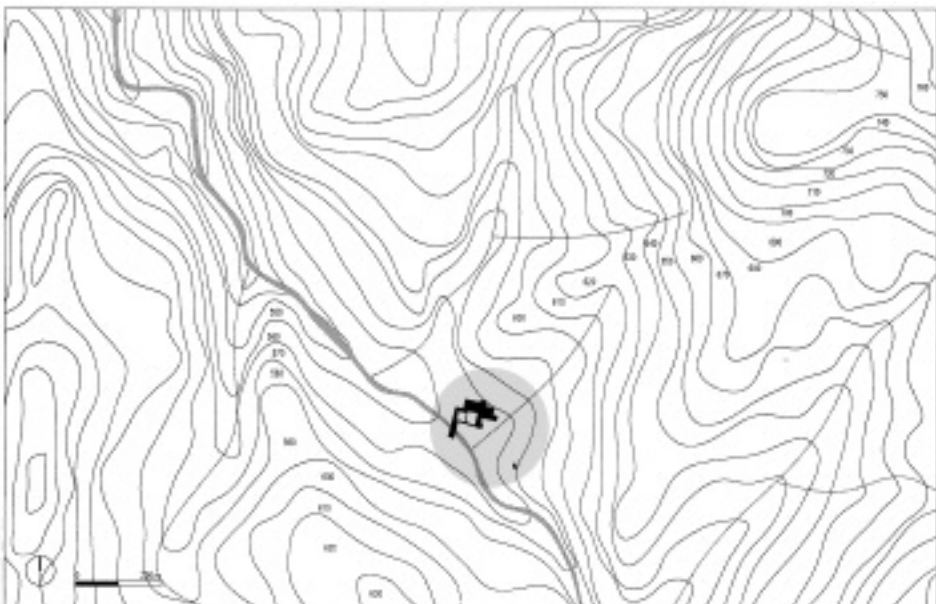
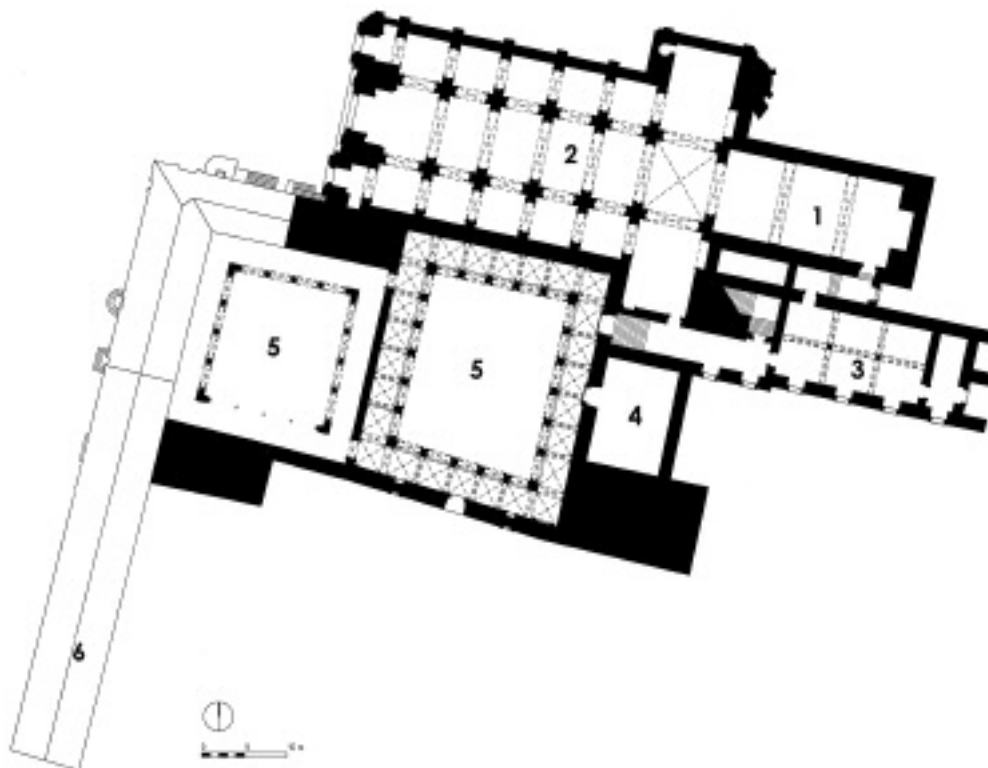


Fig.45 - Implantação do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



1 - Capela-mor
2 - Nave

3 - Sacristia
4 - Sala do Capítulo

5 - Claustro
6 - Hospedaria

Fig.46 - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, foi edificado em terras do antigo Couto de Algeriz, doadas por Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz, aos monges da Regra de S. Bento que, em 1196, se filiaram na Ordem de Cister.

A fachada, inacabada, de estilo barroco e neoclássico, é composta por três corpos separados por pilastras, com alçado de dois níveis, e no corpo central, um óculo polilobado e nos laterais ovais. As suas torres, constituídas por belos coruchéus, estão ainda hoje inacabadas.

De destacar, por ser significativo e raro, o local da primitiva Farmácia, onde pode observar-se o tecto em caixotões, pintados com as ervas pro-

filáticas. O claustro, datado dos finais do século XVI, possui arcos de volta inteira, assentes em colunas de fuste liso.

A Sala do Capítulo é de planta quadrangular e abóbada de nervuras, revestida por silhares de azulejo. A sacristia possui tecto abobadado, apoiado em duas colunas, de características mudéjares e ao longo do alçado do armário em madeira podemos ver quadros da vida de S. Bento e S. Bernardo.

É na capela-mor que melhor se aprecia a espacialidade cisterciense onde a dimensão teológica da luz, simboliza a vitalidade e a glória de Deus.

As reformas dos séculos XVI, XVII e XVIII, destruíram a abside e os absidiolos centrais. Ainda no lado Norte, encontramos a porta dos mortos, entaipada, que dava acesso ao antigo cemitério e uma escada em caracol do século XII. A nave central é dividida em cinco tramos, definidos por arcos torais, em pleno centro, com uma abóbada de arestas. Debaixo do coro-alto encontramos uma cripta, com vários túmulos e a pia baptismal.

Aquando das obras da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, já no século XX, foi encontrada a igreja original sob a estrutura da nova. Actualmente pode-se observar ambas igrejas coexistindo e servindo uma de “esqueleto” estrutural à outra.

Está classificado como Monumento Nacional (Igreja, a Sacristia, a Sala do Capítulo, a Capela do Desterro e Jardim anexo) desde 1997 através do Dec. n.º 67/97, presente no DR 301 de 31 de Dezembro. Os demais espaços estão ainda em estudo para a sua classificação

5. Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho

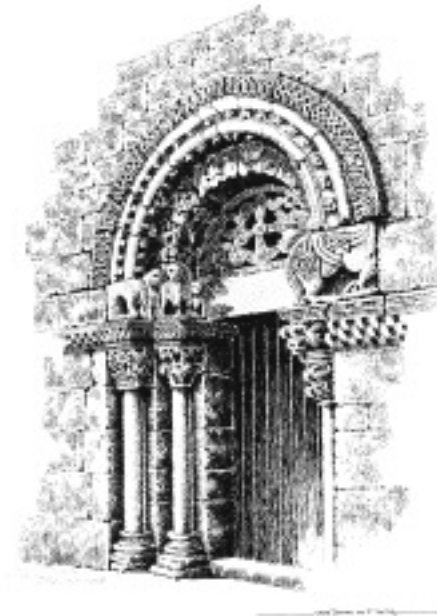


Fig.47 - Portal da Igreja do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho, segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: S. Pedro das Águias

Distrito: Viseu

Concelho: Tabuaço

Freguesia: Granjinha

Diocese: Lamego

Latitude: 41° 04' 32" N

Longitude: 7° 30' 49" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XIII. Inicialmente eremitério ligado aos beneditinos, passou à Ordem de Cister por volta de 1170. Tem ligada a si a Lenda de D. Tedon, e D. Rausendo, cavaleiros cristãos e da Princesa moura Ardínia.

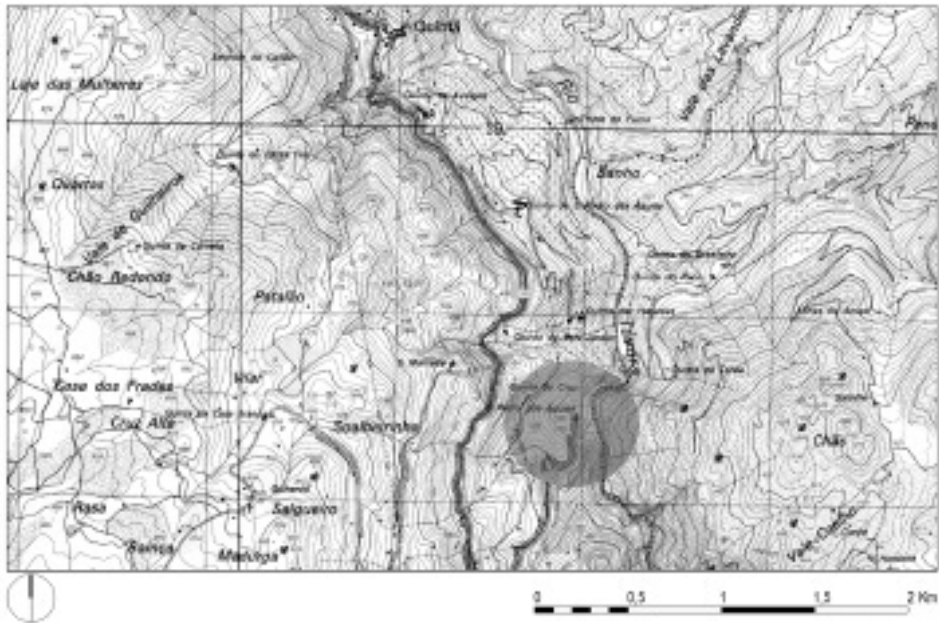


Fig.48 - Localização do Mosteiro S. Pedro das Águias, o velho (desenho da autora sobre Carta militar nº139 PAREDES DA BEIRA – 1998 - série M788)

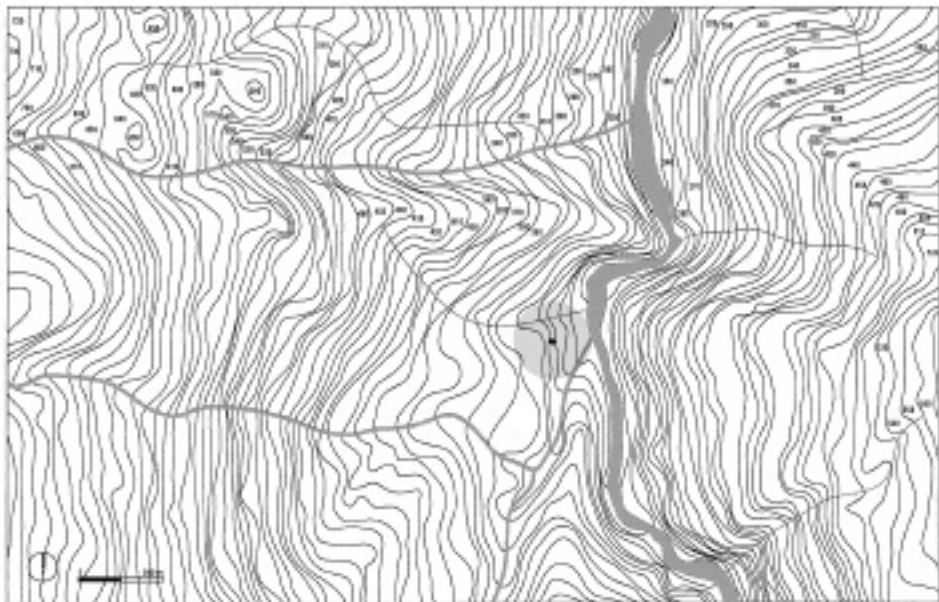
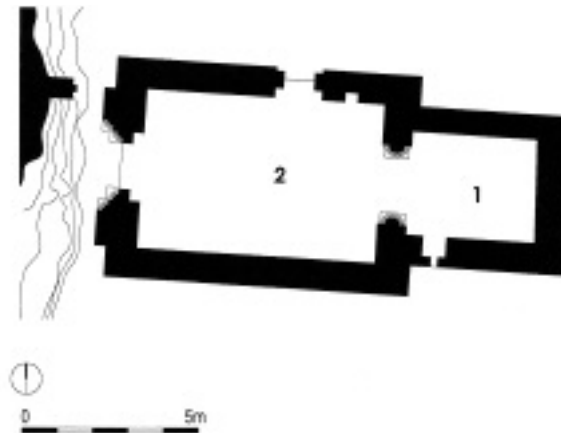


Fig.49 - Implantação do Mosteiro S. Pedro das Águias, o velho, no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



1 - Capela-mor

2 – Nave

Fig.50 - Mosteiro S. Pedro das Águias, o velho (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

O Mosteiro de São Pedro das Águias (Velho), situa-se numa ravina na margem do rio Távora, no Concelho de Tabuaço apresenta-se como uma ermida românica com muito trabalho de reconstrução do século XX, a cargo da DGEMN.

A história deste mosteiro está ligada a uma lenda que relata a vida de um eremita, dois cavaleiros cristãos e dos amores de um deles por uma princesa moura de nome Ardínia ou Ardinga, filha do Vali árabe de Lamego, o rei Alboacém. Conta a lenda que em peleja contra os mouros, os irmãos cavaleiros D. Tedo ou D. Tedon e D. Rausendo Ermiges, descendentes de Ramiro II, de Leão, ficaram notáveis pelos actos de bravura durante a Reconquista a Sul do Douro, entre o Tedo e Távora. Ardínia, exaltada e enamorada pelos feitos heróicos do cavaleiro cristão D. Tedo e desejosa de o conhecer, fugiu, uma noite, do castelo de Lamego, acompanhada da colaça, acabando por se abrigar no eremitério de S. Pedro das Águias, onde vivia o eremita Gelásio. Ao saber do sucedido o pai de Ardinga partiu com os seus soldados, no encalço da filha renegada, e encontrando-a, degolou-a, atirando o corpo ao Rio Távora. D. Tedo, ao ter conhecimento do sucedido, fez voto de celibato e deu sepultura cristã à jovem mártir e no local mandou erguer, o primitivo Mosteiro de S. Pedro das Águias. A primeira menção de

S. Pedro das Águias como Mosteiro cisterciense terá sido em 1205, nas Actas dos Capítulos Gerais da Ordem. Na pequena ermida, dotada de um notável trabalho escultórico, destaca-se o tímpano do pórtico secundário onde nos apreça um Agnus Dei e também uma outra inscrição latina lembrando que: *O Senhor dos Exércitos protege a entrada e a saída do templo.*

Encontra-se classificado como Imóvel de interesse público (IIP), desde 1955, através do Dec. nº 39175, DG 77 de 17 Abril e possui zona especial de protecção (ZEP) desde 1954 através da sua criação pelo DG 132 de 04 Junho.



Fig.51 - Portal lateral do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho, segundo Mestre Jorge Braga da Costa

6. Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo



Fig.52 - Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo, Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: Quinta do Convento de S. Pedro das Águias

Distrito: Viseu

Concelho: Tabuaço

Freguesia: Távora

Diocese: Lamego

Latitude: 41° 5' 10" N

Longitude: 7° 31' 2" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XXI. Foi reconstruído no século XVI. Em meados do século XVIII foi encerrado por ordem do Marquês de Pombal, por ser ali o panteão dos Távoras. Foi reaberto no reinado de D. Maria I. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em hasta pública. Em 1997 transformou-se numa sociedade agrícola passando a ser produtor de “vinho do Porto”.

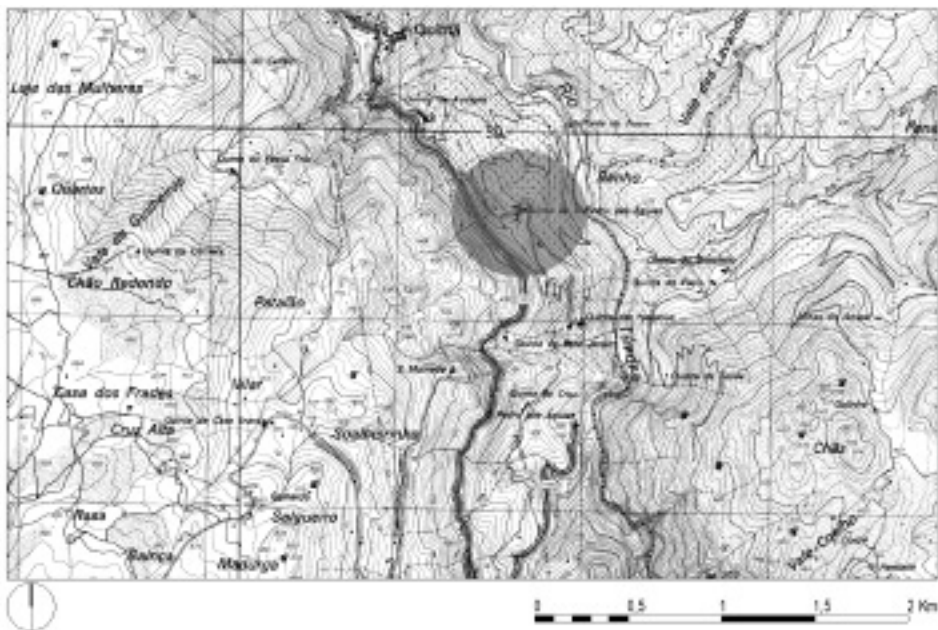


Fig.53 - Localização do Mosteiro S. Pedro das Águias, o Novo (desenho da autora sobre Carta militar nº139 PAREDES DA BEIRA – 1998 - série M788)

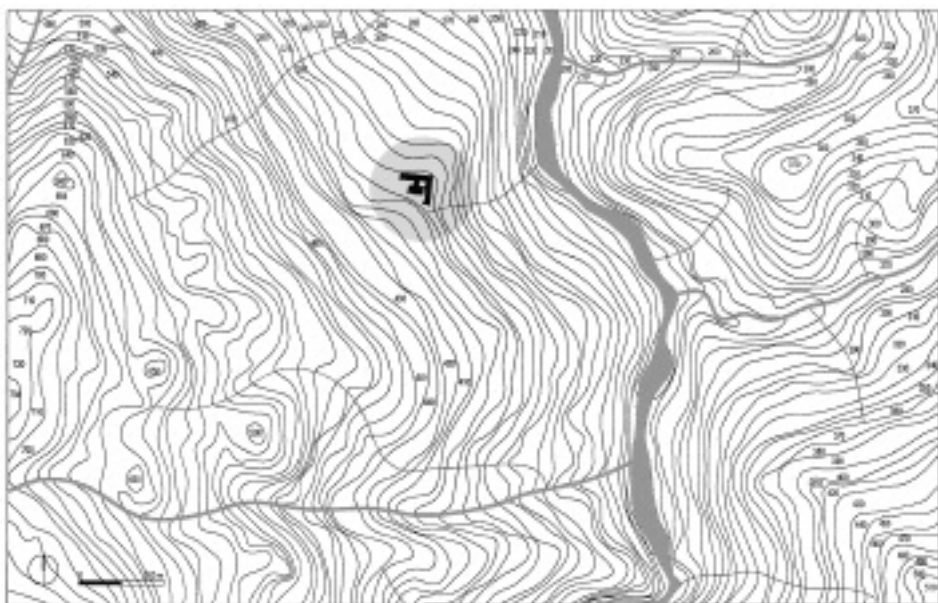


Fig.54 - Implantação do Mosteiro S. Pedro das Águias, o Novo, no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN/TOPOS-arquitectos)



- | | |
|----------------|----------------------|
| 1 - Capela-mor | 5 - Sala do Capítulo |
| 2 - Nave | 6 - Cozinha |
| 3 - Sacristia | 7 - Refeitório |
| 4 - Claustro | |

Fig.55 - Mosteiro S. Pedro das Águias, o Novo (desenho da autora - contemplando a proposta reabilitação não construída - com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN/TOPOS-arquitectos)

Mosteiro de São Pedro das Águias (Novo), situa-se junto à EN 323, no Concelho de Tabuaço, sendo a edificação dos séculos XVII e XVIII, que veio substituir o mosteiro primitivo.

Foi fechado temporariamente no tempo do Marquês de Pombal, por ter sido panteão dos Távoras, reabrindo depois no reinado de D. Maria I, para finalmente ser extinto em 1834 e incendiado em 1836.

A Igreja é de uma só nave, coberta por telhados diferenciados com embasamentos proeminentes. Tem nave única, com capela-mor e sacristia.

A fachada da igreja, é orientada a Este, com portal rectangular ladeado por pilastras e encimado por arquitrave sobre a qual assenta um frontão curvo interrompido, rematado por um nicho de arco de volta inteira, com a imagem do padroeiro e ladeado por dois pares de pilastras que se prolongam para baixo em aletas. Dois janelões rectangulares ladeiam o nicho, que por sua vez é encimado por um óculo. Para Norte, e em plano mais recuado, está a torre sineira com 3 ventanas para o lado meridional. Frisos delimitadores dos panos, pináculos e cobertura de 4 águas. O restante alçado é adossado por uma das alas do solar de habitação com outro corpo do mesmo imóvel, produzindo um U com todo o conjunto.

Esteve, em tempos, prevista a reabilitação do Mosteiro para hotel rural com projecto a cargo do Gabinete TOPOS.

Do património edificado pode ainda observar-se o claustro, parte do mosteiro, e a Igreja. A propriedade é de uma empresa vitivinícola que comercializa a marca de vinhos com a designação: “*Quinta do Mosteiro de S. Pedro das Águias*”.

Está classificado como Imóvel de interesse público (IIP) desde 2006 através da Portaria n.º 443/2006 presente no DR (2.ª série) de 09 Março 2006.

7. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar



Fig.56 - Mosteiro de Santa Maria de Aguiar segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: Figueira de Castelo Rodrigo

Diocese: Guarda

Distrito: Guarda

Concelho: Figueira de Castelo Rodrigo

Freguesia: Castelo Rodrigo

Latitude: 40° 52' 36" N

Longitude: 6° 56' 29" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVIII. Inicialmente beneditino português foi mais tarde anexado pelo Reino de Leão, sendo filiado na Abadia leonesa de Moreruela. Voltou à soberania portuguesa em 1169. Em 1810 sofreu a devastação das Invasões Francesas. Em 1834 o Mosteiro foi extinto e vendido em haste pública. Parte dos antigos edificios monásticos (hospedaria) está hoje reconvertida num complexo de Turismo de habitação estando em posse de particulares.

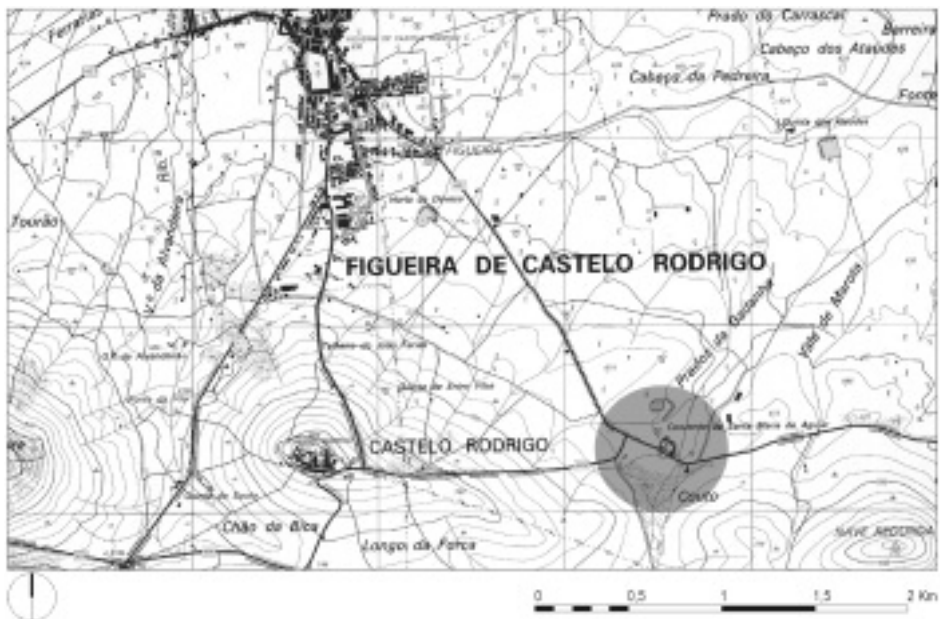
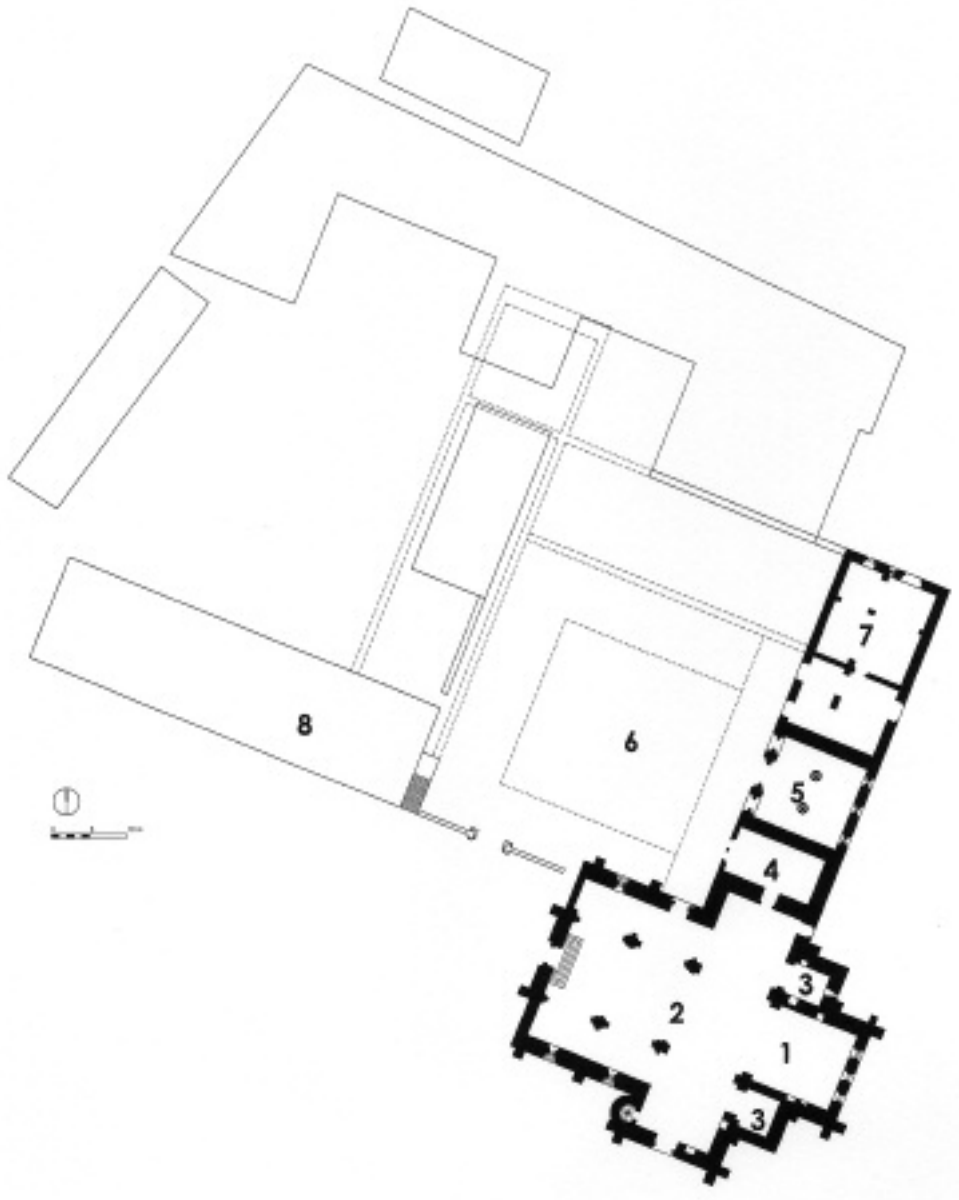


Fig.57 - Localização do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (desenho da autora sobre Carta militar nº162 FIG. CASTELO RODRIGO – 1997 - série M788)



Fig.58 - Implantação do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



- | | |
|----------------|----------------------|
| 1 - Capela-mor | 5 - Sala do Capitulo |
| 2 - Nave | 6 - Claustro |
| 3 - Absidiolo | 7 - Armazém |
| 4 - Sacristia | 8 - Hospedaria |

Fig.59 - Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, situa-se no actual concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, no Distrito da Guarda. Inicialmente ligado aos beneditinos filiou-se mais tarde na Ordem de Cister tendo sido de grande importância para a colonização das “Terras de Riba Côa”. O actual edifício apresenta ainda a austeridade arquitectónica cisterciense, mostrando a transição do românico para o gótico. Entre os vários elementos arquitectónicos, sobressai a simples e elegante porta da Sala Capitular, encimada por três arquivoltas de arco quebrado, pousando em ábacos sem quaisquer tipo de adornos, apoiadas em colunelos encastrados na parede e rematados por capitéis decorados com motivos vegetalistas. A Sala do Capítulo, o cerne do mosteiro, constituindo-se na dependência mais importante, logo a seguir à Igreja, era onde se reunia a comunidade religiosa sob a presidência do Abade. O claustro deveria ser bastante elevado e robusto, uma vez que era formado por três carreiras de pedras dispostas por cima dos fechos superiores dos arcos. Diante da Sala do Capítulo ainda se observa a base do claustro formada por um muro de pedra de cerca de um metro de altura e uma escadaria com cinco degraus. No século XVI foram realizadas algumas intervenções das quais ficaram marcas como é o caso da porta manuelina que liga o transepto à sacristia. No século XVIII foi construído um monumental retábulo barroco e colocadas as armas cistercienses no escudo na hospedaria, espaço que durante as invasões Francesas foi transformado em hospital militar pelas tropas inglesas e hoje constitui uma unidade de turismo rural. A sacristia tem um pequeno museu arqueológico onde se pode observar a imagem de Santa Maria de Aguiar. No meio do claustro eleva-se uma elegante fonte que foi reconstruída em 1994, pelo proprietário da Hospedaria de Turismo Rural, que lhe está anexa. Encontra-se classificado como Monumento Nacional (MN) desde 1932 através do Dec. nº 21 996, DG 295 de 17 Dezembro.

8. Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Fig.60 - Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão segundo Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: Maceira Dão

Distrito: Viseu

Concelho: Mangualde

Freguesia: Fornos de Maceira Dão

Diocese: Viseu

Latitude: 40° 59' 40" N

Longitude: 7° 44' 46" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVIII. Filiado na Ordem de Cister em 1188. Tudo começou com a edificação em 1161, de um ermitério, em Moimenta do Dão, fundado por D. Sueiro Teodoniz, em terras doadas por D. Afonso Henriques. Posteriormente, em 1168, é fundado um mosteiro beneditino em Maceira Dão, num vale entre os maciços de Santo António dos Cabaços e de Fagilde, junto ao regato das Freiras, nos limites de Casal Garcia, que viria a abraçar a reforma cisterciense. Em 1613 o Mosteiro sofre grande reestruturação sendo praticamente reedificado. Em 1834 o mosteiro é extinto e vendido em hasta pública.

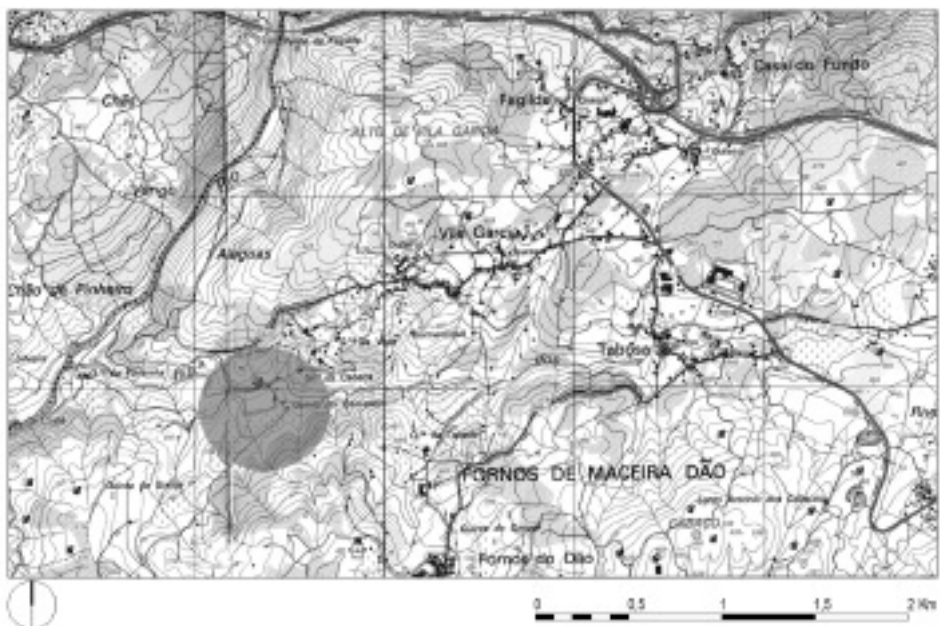


Fig.61 - Localização do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (desenho da autora sobre Carta militar nº189 MANGUALDE – 1999 - série M788)

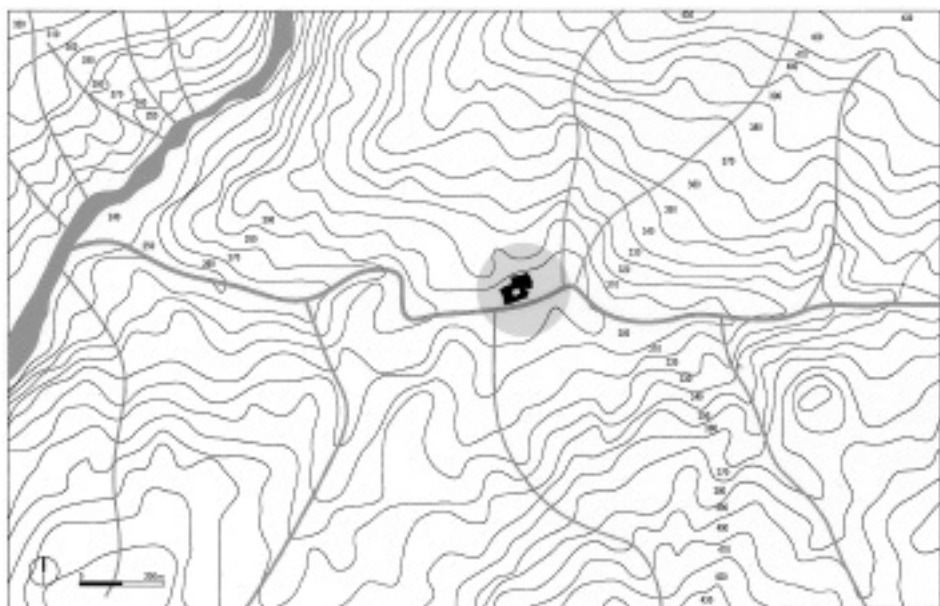


Fig.62 - Implantação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



- | | | |
|----------------|----------------------|----------------|
| 1 - Capela-mor | 4 - Sala do Capítulo | 7 - Refeitório |
| 2 - Nave | 5 - Claustro | 8 - Tulha |
| 3 - Sacristia | 6 - Cozinha | |

Fig.63 - Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão terá sido fundado em 1161, por D. Sueiro Teodoniz, em terras de Moimenta do Dão, sendo transferido em 1173 para Maceira Dão, no concelho de Mangualde.

O Mosteiro é ladeado pela ribeira dos Frades, que desagua na margem esquerda do rio Dão. Em 1560 os seus bens foram aumentados com a incor-

poração do espólio resultante da extinção do Mosteiro de S. João de Vale de Madeiros (Canas de Senhorim).

Em termos arquitectónicos há a considerar as seguintes fases: a torre medieval, edificada entre os séculos XII e XV, com os seus três pisos, onde se situava a adega e o celeiro, espaços que ainda hoje se conservam; as edificações monásticas do séc. XVIII que tinham no piso térreo o claustro, com fonte, a sala do capítulo, o refeitório, a cozinha, a adega, e no piso superior os aposentos do Abade, a biblioteca, a enfermaria e as celas; a Igreja (séc. XVIII) que apresenta uma singular frontaria, ostentando as armas reais sobre o pórtico de entrada. Ao lado, ergue-se a torre sineira. O corpo da igreja tem uma forma elíptica, elemento absolutamente atípico num mosteiro cisterciense, com abóbada de tijolo.

O mosteiro possuía um vasto e valioso cartório, que foi transferido para o Seminário de Viseu aquando da sua extinção. No entanto, tudo se perdeu quando deflagrou o incêndio neste Seminário, no século XIX.

O edifício monástico é actualmente propriedade particular e está classificado como Monumento Nacional desde 2000, pelo Decreto nº. 5/2000, de 19 de Fevereiro.

9. Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa



Fig.64 - Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa segundo,
Mestre Jorge Braga da Costa

Localização: Tabosa

Distrito: Viseu

Concelho: Sernancelhe

Freguesia: Carregal

Diocese: Lamego

Latitude: 40° 54' 42" N

Longitude: 7° 35' 20" O

Breve nota histórica: Mosteiro feminino cuja construção remonta aos finais do século XVII. Fundado na Ordem de Cister em 1690, por escritura outorgada entre Maria Pereira (a instituidora) e a Congregação de Alcobaça. As primeiras monjas, provenientes do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, chegaram em 1692. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em hasta pública com excepção da igreja que passou a pertencer à paróquia.

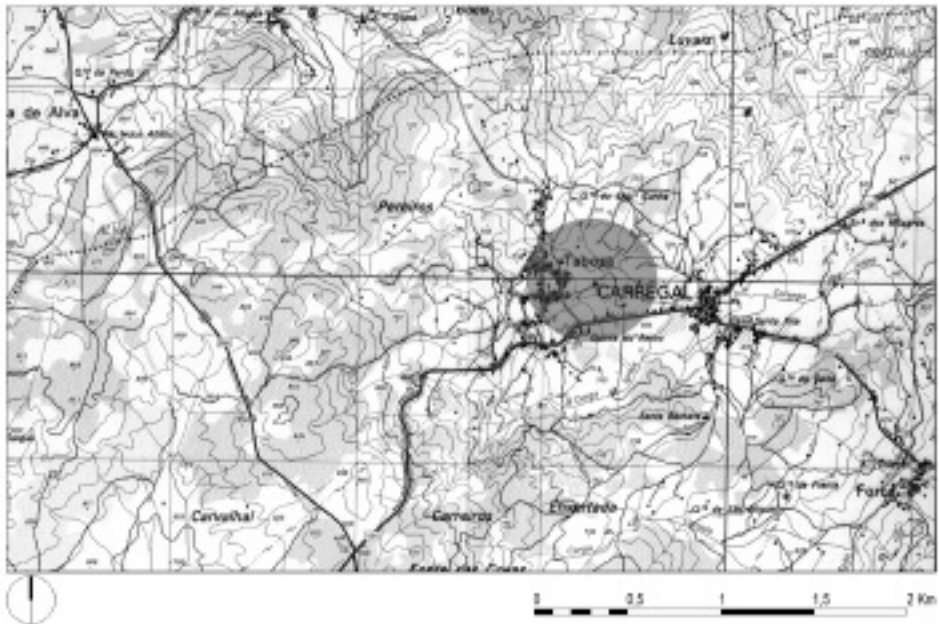


Fig.65 - Localização do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (desenho da autora sobre Carta militar nº 158 VILA NOVA DE PAIVA – 1997 - série M788)

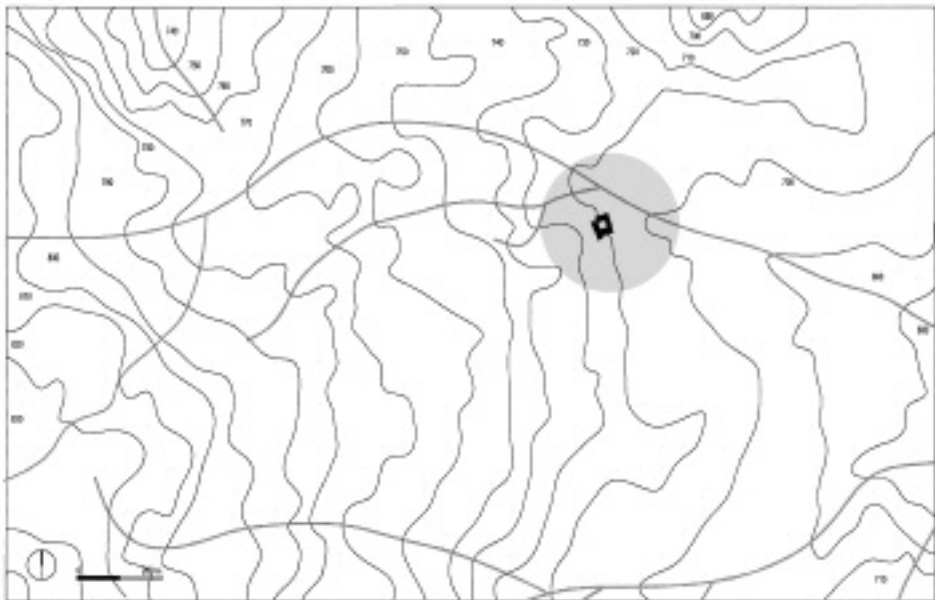
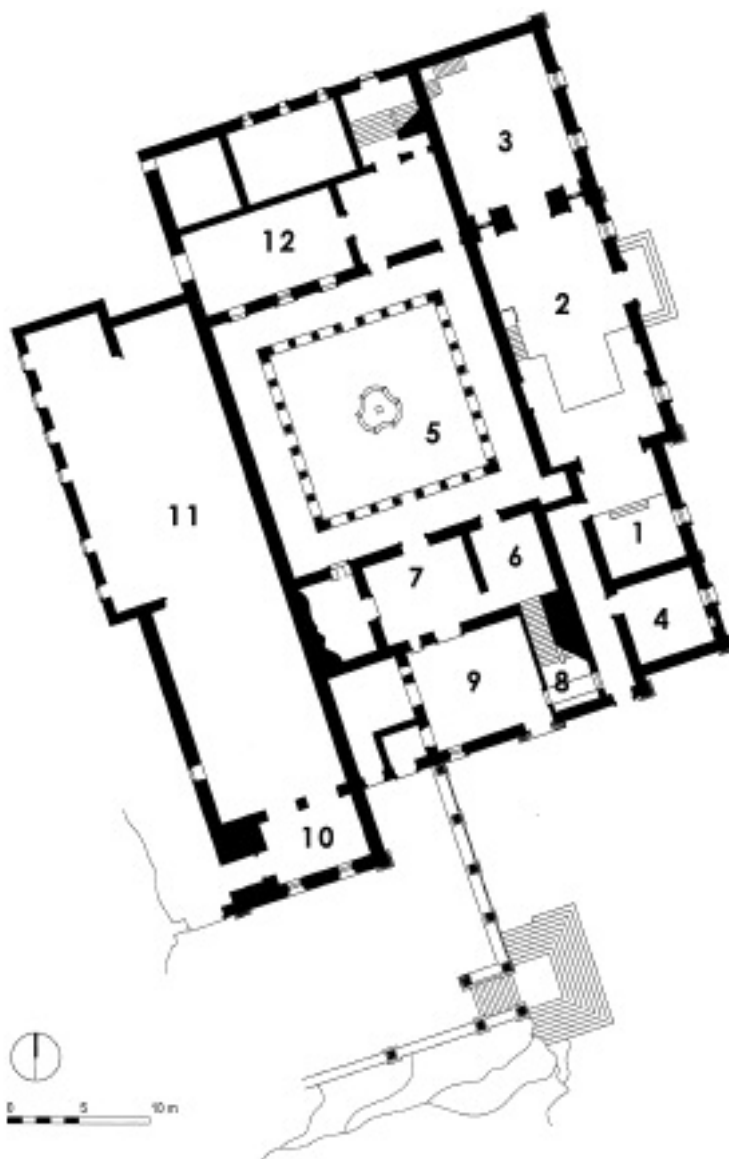


Fig.66 - Implantação do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE e planos do mosteiro – DGEMN)



1 - Capela-mor
 2 - Nave
 3 - Coro
 4 - Sacristia

5 - Claustro
 6 - Sala do Capítulo
 7 - Parlatório
 8 - Acesso à torre

9 - Portaria
 11 - Área arruinada
 (cozinha e refeitório)
 12 - Dormitórios

Fig.67 - Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

O Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa situa-se na localidade de Tabosa, freguesia do Carregal, concelho de Sernancelhe e foi instituído no século XVII.

Arquitectonicamente o Mosteiro, no seu todo, apresenta-se sensivelmente como se de um quadrilátero se tratasse, quase regular, erigido dentro da pequena cerca.

A igreja ergue-se no lado norte. A sua entrada é emoldurada por um elegante pórtico renascentista encimado por uma edícula em que se resguarda a imagem da titular, graciosa e esbelta, profundamente enternecida, de mãos erguidas sobre o peito, olhando o infinito.

O claustro, ocupando o centro, possuía uma artística fonte, hoje destruída. A envolver o claustro encontravam-se duplas varandas (ao nível do rés-do-chão e 1º andar), de elegante balaustrada, apoiadas em colunas de feição renascentista. Num plano superior e seguindo a linha da fachada do templo, a nascente do quadrilátero, levantava-se o mirante, de janelas rasgadas para um terraço, de piso lajeado, com vedação própria.

A Sul, situavam-se as salas dos hóspedes, o refeitório, as cozinhas e outras dependências.

O Mosteiro encerrou as suas portas em 1850, após a morte da última freira, na sequência da extinção das Ordens Religiosas, em 1834.

A Igreja pertence ao domínio público, sendo paroquial e a parte restante do Mosteiro é particular.

O conjunto está classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1971, pelo Decreto nº. 516/71, de 22 de Abril.

10. Mosteiro de Santa Maria da Estrela



Fig.68 - Igreja do Mosteiro de Santa Maria da Estrela

Localização:

Rua da Nossa Senhora da Estrela

Distrito: Castelo Branco

Concelho: Covilhã

Freguesia: Boidobra

Diocese: Guarda

Latitude: 40° 15' 8" N

Longitude: 7° 28' 47" O

Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XIII e XVI. Filiado na Ordem de Cister em 1220. Fundado no século XIII, por D. Mendo Abade de Maceira Dão. Por ser uma fundação de Maceira Dão, daí a sua designação primitiva no testamento de Afonso III como *'Maceira de Covelliana'*. Foi suprimido a 1 de Maio de 1579 e as suas receitas juntaram-se às dos mosteiros do Ermelo e Tamarães dotando o Colégio do Espírito Santo em Coimbra.

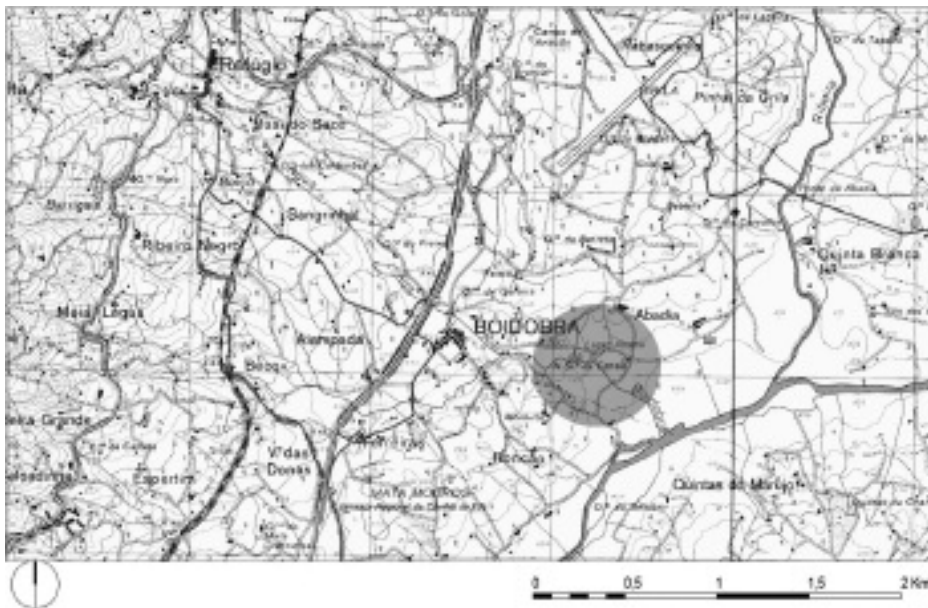
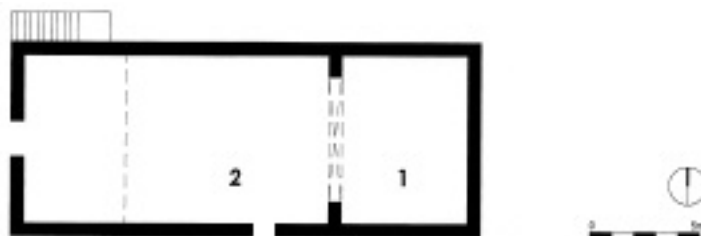


Fig.69 - Localização do Mosteiro de Santa Maria da Estrela (desenho da autora sobre Carta militar nº235 COVILHÃ – 2000 - série M788)



Fig.70 - Implantação do Mosteiro de Santa Maria da Estrela no território (desenho da autora tendo por base carta militar 1/25000, fotografia aérea - IgeoE)



1 - Capela-mor

2 – Nave

Fig.71 - Mosteiro de Santa Maria da Estrela (desenho da autora)

Nos primórdios o templo medieval possuía cabeceira *ad quadratum*. Na actualidade o que subsiste resume-se às sucessivas reconstruções do oratório. O exterior deste templo apresenta uma cobertura de duas águas sendo as fachadas em cantaria de granito aparente com aparelho rústico e juntas preenchidas com cimento, rematadas em cornija de betão e beiral. Na fachada principal, fronteira ao adro, abre-se portal de verga recta encimado por brasão colocado a eixo. Adossada à fachada norte encontra-se uma escadaria, de um lanço apenas, que conduz ao coro alto desde o exterior. Na fachada sul abre-se um outro portal de verga recta. Não existem vestígios dos restantes edificios monásticos. Porém, atendendo ao plano tipo dos mosteiros cistercienses pode-se crer que o Mosteiro de Santa Maria da Estrela se desenvolveria a partir da igreja para sul, isto é, que existisse um claustro adossado ao templo, entre a ala dos monges e a dos conversos, que seriam perpendiculares à igreja, tendo em conta que deveria existir o fechamento deste claustro, com uma ala oposta à igreja, onde se trataria das necessidades do corpo, mais do que do espírito, seria a ala do refeitório, da cozinha e do Calefactório. No interior, a nave é iluminada apenas pelas portas de verga recta que se abrem para o exterior tanto na fachada sul como na fachada oeste. A igreja ainda apresenta vestígios do arco triunfal de volta perfeita que antecede a capela-mor Capela-mor. O coro-alto antecede nave simples de carácter longitudinal. Nos primeiros anos do novo milénio ainda se podia observar no altar um retábulo-mor pintado de branco pérola que acolhia a imagem de Nossa Senhora da Estrela. Actualmente o retábulo-mor é inexistente ficando a parede nua com um registo de uma arcatura de volta perfeita que acolhe agora a primitiva pedra granítica do altar-mor sobre a qual repousa a imagem de Nossa Senhora da Estrela.

O edificio não se encontra classificado, nem em vias de classificação.

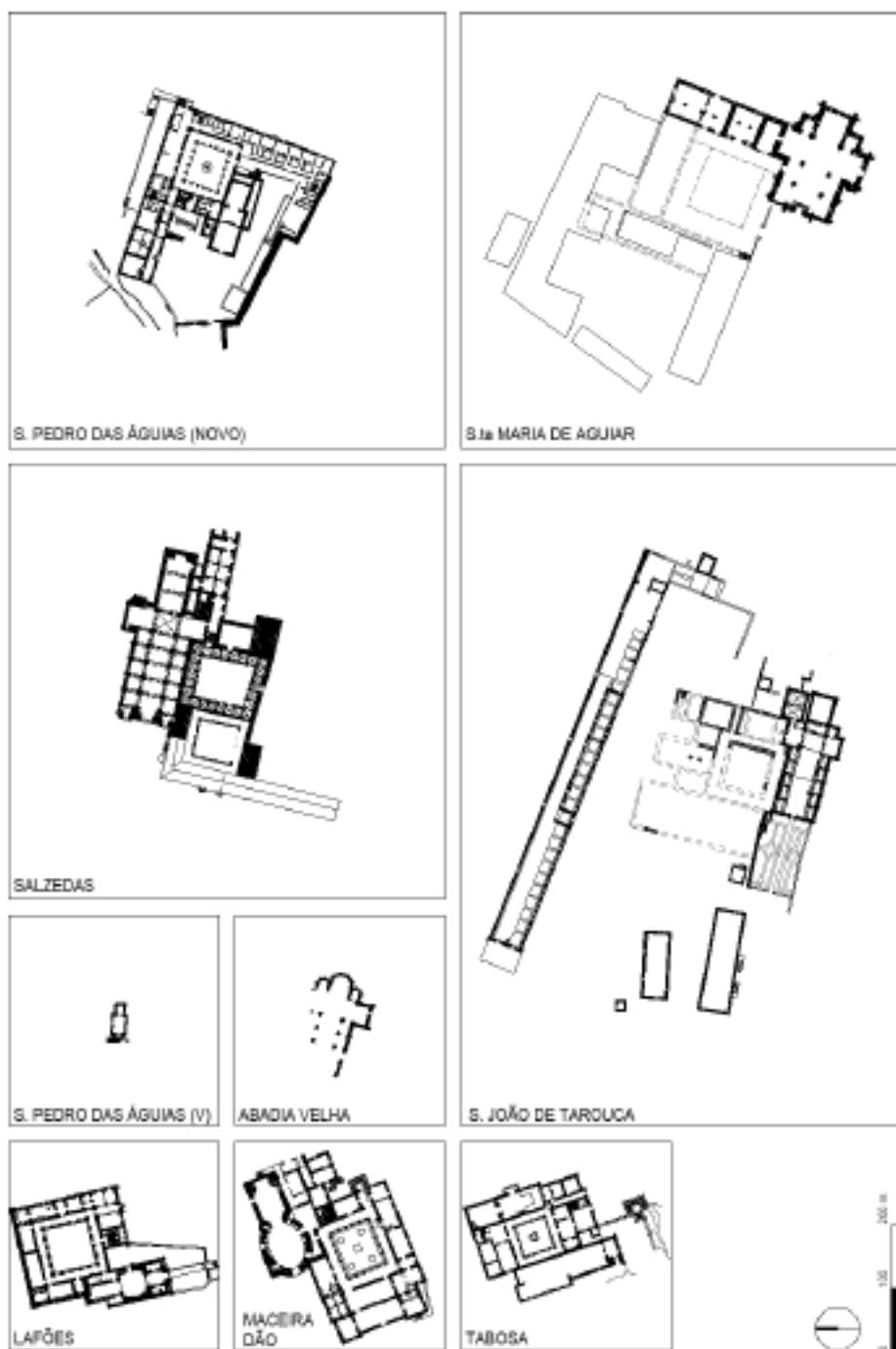


Fig.72 - Esquema comparativo à mesma escala dos Mosteiros Cistercienses da região das Beiras

BIBLIOGRAFIA

- Capitula. in “*CISTER: os Documentos Primitivos*”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri
- Cocheril, Dom Maur (1982). D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais. in “*Separata das Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*”. vol. V. Guimarães
- Cocheril, Dom Maur (1966). *Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal*. Paris : Collection Portugaise sous le patronage de l’institute français au Portugal; societe d’editions “Les Belles Lettres” / Lisboa : Livraria Bertrand
- Cocheril, Dom Maur (1978). *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português
- Braunfels, Wolfgang (1993). *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*. London: Thames and Hudson
- Dias, Geraldo Coelho (1997). Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges. in “*O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*”. Porto: Edições Afrontamento
- Dias, Geraldo Coelho (2001). Monaquismo, Arte e Arquitectura – o caso do Mosteiro de Alpendurada in “*Religião e Simbólica*”. Porto: Granito Editores
- Dimier, Pe. Anselme (1999) *Stones laid before the Lord*. Michigan: Cistercian Publications
- Estima, Alberto (2006-7) A nova vanguarda da Arquitectura Religiosa fundamentada em valores metafísicos (simbólico-religiosos) in *Revista da Faculdade de Letras CIENCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*. I Série, vol. V-VI. Porto: Edição FLUP
- Exordium Cistercii. in “*CISTER: os Documentos Primitivos*”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri
- Exordium Paruum. in “*CISTER: os Documentos Primitivos*”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri
- Fergusson, Peter (1984). *Architecture of Solitude*. Princeton University Press
- Fergusson, Peter (1998) Les Cisterciens et le Roman in “*Citeaux 1098 – 1998, L’Épopée Cistercienne – Dossiers d’Archeologie*”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98
- Ferreira, Maria Augusta Lage Pablo da Trindade (1994). *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*. Lisboa-Mafra: ELO
- Fornari, Federico (1981). *L’architettura cistercense e l’abbazia di Casamari*; Casamari: Edizioni Casamari
- Kinder, Terry N. (1998). *L’Europe Cistercienne*. Ed. Zodiaque

- Marques, Maria Alegria Fernandes (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri
- Martins, Ana Maria Tavares (2011). *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A Actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. tese de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha. Sevilha: inédito, texto policopiado
- Martins, Ana Maria Tavares (2006). Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem in “*Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*”. Vol. 1. Porto: Edição FLUP
- Martins, Ana Maria Tavares (2007). *Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português* Viseu: Ed. Autor
- Mumford, Lewis (1961). *A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília
- Pereira, Paulo (1999). *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates
- *Regra do Patriarca S. Bento* (1992). Traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga. Singeverga: Edições “Ora & Labora”
- Ribeiro, Aquilino (1995). *Arcas encoiradas*. 5ª ed. Lisboa: Bertrand Editora
- Romanini, Angiola Maria (1998). O projecto cisterciense in “*A Idade Média*”. Lisboa: Quetzal Editores
- Simson, Otto von (2000). *La catedral gótica*. Madrid: Alianza Forma
- Statuta. in “*CISTER: os Documentos Primitivos*”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri
- Surchamp, Dom Angelico (1982). L’esprit de l’art cistercien. in “*L’Art Cistercien – France*”. Ed. Zodiaque
- Viti, Goffredo, dir. (1995). *Architettura Cistercense*. Casamari: Edizioni Casamari

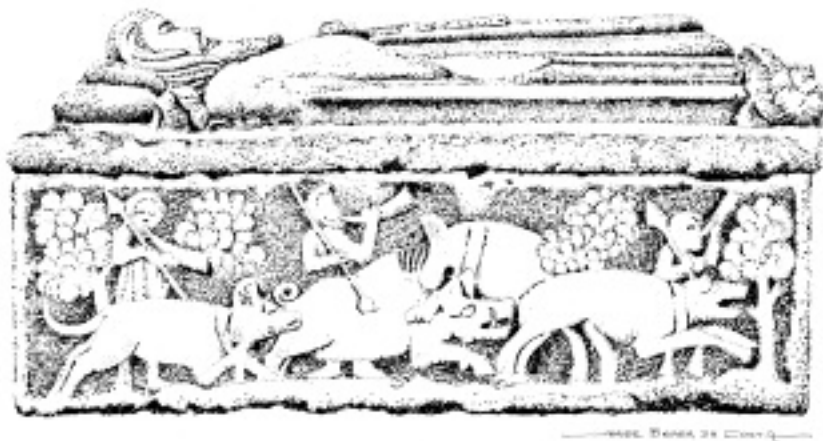


Fig.73 - Túmulo de D. Pedro, Conde de Barcelos, segundo desenho de Mestre Jorge Braga da Costa

INDICE

Prefácio	5
Preâmbulo	7
I. Introdução da Ordem Cisterciense em Portugal	9
II. Contributo para uma génese beirã	12
III. Para uma compreensão da implantação cisterciense beirã	19
IV. Arquitectura Cisterciense: razão de ser	24
V. O desenvolvimento arquitectónico cisterciense	26
VI. Mosteiros Cistercienses portugueses: a questão do nome	33
VII. Os locais de implantação cisterciense	34
VIII. Nota final	42
IX. Os mosteiros de Cister na região das Beiras <i>Apêndice documental</i>	43
1. Mosteiro de S. João de Tarouca	45
2. Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões	49
3. Abadia Velha de Salzedas	53
4. Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	57
5. Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho	61
6. Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo	65
7. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	69
8. Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	73
9. Mosteiro de Santa Maria da Estrela	77
10. Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	81
X. Bibliografia	85

